



BA
M
Ofer

ATA NÚMERO DOZE

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA, REALIZADA NO DIA DEZOITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

Ao décimo oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal da Maia na sua quinta Sessão Ordinária, na sala D. Manuel I nos Paços do Concelho, conforme edital de trinta de novembro de dois mil e vinte três, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º 48.º do Regimento da Assembleia Municipal;**
- 2. Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo art.º 49.º do Regimento da Assembleia Municipal;**
- 3. Período da Ordem do Dia:**
 - 3.1 Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal (alínea c) do n.º 2, do artigo 7.º do Regimento da Assembleia Municipal);**
 - 3.2 Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 do Município da Maia;**
 - 3.3 G.O.P. - Plano Plurianual de Investimentos, Plano das Atividades Mais Relevantes para o quinquénio 2024-2028 e Orçamento Ordinário para o ano 2024 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;**
 - 3.4 Autorização Prévia da Assembleia Municipal e Delegação de Competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – 2024;**
 - 3.5 Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A. – Instrumentos de Gestão Previsional ano 2024;**
 - 3.6 Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. - Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2024;**
 - 3.7 Fundação Conservatório de Música da Maia - Plano de Atividades e Orçamento ano de 2024;**
 - 3.8 Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M. - Instrumentos de Gestão Previsional ano 2024;**

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, deu início aos trabalhos com uma saudação a todos os presentes. Deu nota que o Senhor Presidente da Câmara estava atrasado porque tinha acabado de sair da Câmara para ir jantar e que chegaria um pouco mais tarde.



Handwritten signatures in blue ink, including the initials 'AS' and 'AF'.

De seguida, deu nota dos seguintes pedidos de substituição: o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira e Silva Escura da Coligação "Maia em Primeiro" foi substituído pelo Membro do Executivo, Luís Miguel Ascensão Teixeira; o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia do Castelo da Maia Manuel Moreira Azenha da Coligação "Maia em Primeiro", foi substituído pelo Membro do Executivo, Eugénio José Vieira Teixeira; o Senhor Deputado Rui Leandro Alves da Costa Maia do Partido Socialista, foi substituído pela Senhora Deputada Ana Isabel Silva Caseira; o Senhor Deputado João José Magalhães Torres do Partido Socialista, foi substituído pela Senhora Deputada Francelina da Silva Moreira Mota Maia; o Senhor Deputado Jorge Emanuel Oliveira da Luz Ribeiro dos Santos do Bloco de Esquerda, foi substituído pelo Senhor Deputado José Pedro Botelho de Montalvão Fernandes; a Senhora Presidente da Junta de Freguesia Cidade da Maia Olga Cristina Rodrigues de Veiga Freire, da Coligação "Maia em Primeiro" foi substituída pelo Membro do Executivo, Mário Jorge Guedes Martins. Os documentos que comprovam estas substituições fazem parte integrante desta ata e estão identificados com os números **um a seis**. Esteve ausente a Senhora Deputada do Partido Socialista, Francelina da Silva Moreira Mota Maia.

MANUEL JOAQUIM MEIRELES, após cumprimentar todos os presentes, fez uma interpelação à Mesa, no uso da palavra disse: "O que me traz aqui a interpelar a Mesa é o facto de na passada reunião, houve de facto aqui alguns incidentes, e o execrável é que durante um determinado período de tempo, ou melhor, durante a defesa da honra de determinados Deputados, as imagens que apareceram, sem som, foi a Mesa. Eu gostaria que o Senhor Presidente explicasse, essa razão."

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, no uso da palavra disse: "Não percebi o que disse, pode repetir, por favor?"

MANUEL JOAQUIM MEIRELES, no uso da palavra disse: "Eu repito quantas vezes forem necessárias, o Senhor Presidente sabe, as imagens e a reunião é transmitida; o que acontece, é que eu tenho a informação de que durante a defesa da honra dos Deputados, essa defesa não aconteceu, ou seja, apareceu na imagem a Mesa, sem som. Portanto, a minha defesa e a dos demais não foi do conhecimento público."



BH
MS
afri
afri

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, no uso da palavra disse: “Muito obrigado, tem toda a razão, e se isto aconteceu, eu peço desculpa, mas não é minha falta, porque ninguém deu instruções na Mesa para que isto não acontecesse, pode ser um problema técnico. Na altura, não foi a Mesa que tomou qualquer decisão, se isto aconteceu, vou ver o que aconteceu, eu não vejo porque já acabaram as imagens, mas de qualquer maneira, se aconteceu, a Mesa pede desculpa, mas não é da responsabilidade da Mesa.”

MANUEL JOAQUIM MEIRELES, no uso da palavra disse: “Senhor Presidente, mas é necessário esclarecer, porque efetivamente as pessoas que estavam a assistir à reunião de casa ficaram perplexas, não entenderam as razões porque é que aparecia a Mesa e não aparecia os Deputados que estavam a intervir.”

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, no uso da palavra disse: “Vamos averiguar, há uma normativa do Regimento que diz que, quem não assinou o consentimento, não é gravado, mas isso é normal, não foi o caso do Senhor Deputado Manuel Meireles e outros que fizeram declaração de voto, deviam estar presentes ali, se isso não aconteceu a culpa não é nossa. As minhas desculpas.”

MANUEL JOAQUIM MEIRELES, no uso da palavra disse: “Fico a aguardar os esclarecimentos devidos de V.ª Excelência.”

1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º 48.º do Regimento da Assembleia Municipal:

Inscreveram-se e tomaram a palavra os(as) Senhores(as) Deputados(as):

CATARINA ISABEL MARQUES MAIA, após cumprimentar todos os presentes, no uso da palavra, leu o documento identificado com o número **sete**.

CARLA SUSANA FERNANDES RIBEIRO, após cumprimentar todos os presentes, no uso da palavra, leu o documento identificado com o número **oito**.

EDGAR PINHEIRO DE CASTRO ROCHA, após cumprimentar todos os presentes, leu o Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos dos Santos Teixeira, documento identificado com o número **nove**.



HÉLDER TIAGO FERREIRA QUINTAS DE OLIVEIRA, após cumprimentar todos os presentes, leu o Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos dos Santos Teixeira, documento identificado com o número **dez** e de seguida leu a proposta de recomendação "Atribuição do nome de Carlos dos Santos Teixeira a uma Rua da área da antiga Freguesia da Maia", documento identificado com o número **onze**.

MANUEL JOAQUIM MEIRELES, no uso da palavra disse: "Eu começo por lamentar a ausência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, ou um outro seu representante, mas falo para a cadeira. O que me traz aqui é colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia sobre uma construção na Travessa da Areosa, Castelo da Maia. Assim, cita-se o alvará de licenciamento número oitenta e nove, de dois mil e vinte e três, cuja a identificação se destina à indústria e armazenagem concedido à empresa *Valcomar II Imobiliária*, cujas obras foram licenciadas com o despacho do Senhor Presidente da Câmara em sete do três de dois mil e vinte e três, com a altura da fachada do edifício de nove metros e oitenta centímetros, com cinco pisos acima da cota de soleira, sita na Travessa da Areosa, Castelo da Maia. Assim, pergunta-se à cadeira: respeita esta edificação o plano diretor municipal? Afeta negativamente a área envolvente sobre os pontos de vista paisagístico, ambiental, salubridade e funcional, atendendo identificar-se com uma torre de controle aéreo? Respeita o afastamento das construções da parcela confinante com a via pública e em relação aos outros limites? Nomeadamente a linha de água contígua existente? Será que a altura da fachada de nove metros e oitenta centímetros está correta, dado que o edificado indicia ter cerca de vinte metros de altura? Foi respeitada a área de afetação do solo? Foi fiscalizado o cumprimento da ligação à rede pública da água ou saneamento? Ora, então se tudo isto está correto, deve o Senhor Presidente, a cadeira do Senhor Presidente, esclarecer esta Assembleia da razão pela qual, os responsáveis do edificado licenciado, Vossa Excelência a cadeira, invadiram a propriedade horizontal contígua, nomeadamente os edificados com os números de polícia cento e trinta e nove, cento e setenta e um, cento e noventa e um, A, B e C, para procederem a ligações supostamente de água e saneamento, provavelmente dando cumprimento ao projeto, claro. Porque não é de ânimo leve que se invade uma propriedade privada e se cortam cadeados, instalam-se barreiras condicionantes ao normal funcionamento das empresas ali instaladas, devassa da legitimidade dos proprietários, bem como, se entrou na propriedade privada, com



BA
M
af
[Handwritten signatures]

máquinas e camiões, abrindo valas, como se o espaço não tivesse dono, fazendo lembrar a comadre das herdades do Alentejo pelos democratas de então, como provam os documentos que vou entregar na Mesa, porque efetivamente existe Mesa, se não entregá-los-ia ao Senhor Presidente, para serem anexados à ata. Não quer o Senhor Presidente da Assembleia, já que o Senhor Presidente da Câmara não está, esclarecer esta Câmara sobre este facto? ou fazê-lo chegar. Disse.” Documento identificado com o número **doze**.

PEDRO MIGUEL SOUSA CARVALHO, após cumprimentar todos os presentes, leu o Voto de Pesar pelo falecimento de Alfredo dos Santos Teixeira, documento identificado com o número **treze** e de seguida leu a proposta de recomendação “Atribuição do nome de Alfredo dos Santos Teixeira a uma Rua da Freguesia de Milheirós” documento identificado com o número **catorze**.

JOSÉ PEDRO BOTELHO DE MONTALVÃO FERNANDES, após cumprimentar todos os presentes, no uso da palavra disse: “Eu vim apenas fazer um reparo, porque vi existirem duas propostas de atribuição de nomes de rua, a dois munícipes, que é algo que em nada me repugna, no que é dado conhecer de ambos os munícipes. Agora, folgo que se tenha voltado à tradição deste tipo de homenagens não serem feitas em vida, era só isto que vos queria dizer.”

Entrou na sala o Senhor Presidente de Câmara **ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO**, que no uso da palavra disse: “Cheguei atrasado, como o Senhor já verificou, o Senhor viu-me a sair da Câmara eram nove e um quarto, fui a casa e vim.”

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, no uso da palavra disse: “Eu desculpei-o aqui, disse que tinha saído quando eu entrei, mais precisamente.”

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DA MAIA, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, no uso da palavra disse: “Eu estive a ver aqui umas notas que a Senhora Secretária, e Deputada da Assembleia da República, Dr.ª Márcia Passos, fez o favor de me entregar, sobre os reforços da rede de baixa tensão; é de energia elétrica? não sei a razão porque perguntou, quais são os reforços para a iluminação? Isso é um concurso que nós estamos a fazer para obter fornecimentos, uma vez que agora a lei obriga a que nós o façamos, é isso que está a acontecer, esse concurso público.



BA
no
Pena

Quanto à UNIR, aquilo que se passa conosco é que a UNIR entrou em funcionamento com o modelo de transportes metropolitano no dia um de dezembro, e aquilo que eu sei é que, aqui na Maia, as coisas estão tranquilas. É verdade que os horários só foram distribuídos, dados a conhecimento público, na véspera; mas na Maia, como a rede manteve-se quase que integralmente, as alterações, os distúrbios, as perturbações foram, acho que, inexistentes. Pelo menos é isso que eu tenho conhecimento. É verdade que noutros Municípios isso não aconteceu, tem havido alguma perturbação por parte desse serviço e junto da comunidade, das pessoas que os utilizam, mas também percebi que a Área Metropolitana do Porto está a fazer todos os esforços para, no prazo razoável, neste mês de dezembro, as coisas se normalizarem, foi isso que eu tive conhecimento, por parte do Senhor Presidente da Área Metropolitana do Porto, o Professor Eduardo Vítor Rodrigues. Depois, a Senhora Deputada Carla Ribeiro, da CDU, felicita o pelouro da cultura pelo programa do vinte e cinco de abril, eu acho que devia de felicitar o Executivo da Câmara Municipal e até, se quiser dizer, na pessoa do seu Presidente, que sou eu. Isso ficar-lhe-ia melhor do que dizer "o pelouro da cultura", porque o pelouro da cultura, por si, não faz nada, quem faz é a Câmara, e o pelouro da cultura é instrumental, para que a coisa aconteça. Mas eu estou consigo. De facto, é um programa bonito, que ele já começou, até com um camarada seu que veio aqui e a Senhora esteve cá, começamos bem e acho que vamos poder continuar bem. Abrimos um concurso para colocar uns murais artísticos aqui numa avenida da cidade, com o tema do vinte e cinco de abril; vamos fazer um testemunho muito convicto e de uma forma muito cristalina e transparente e fico também satisfeito por, designadamente a CDU, que eu sei que é uma força política que tem uma ligação muito forte a esses temas, e a essa abordagem, e portanto eu acho que estamos a fazer as coisas com esse sentimento e com essa vontade de transmitir aos mais novos o que é que foi o vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro. Também já falei sobre a UNIR. E depois falou em algumas situações de habitabilidade e trouxe alguns exemplos, depois gostava de saber quais são, para poder ver e poder atalhalos. De qualquer modo, sobre isso, e só para dar uma visão, nós temos no nosso programa da estratégia local de habitação que levar a cabo até dois mil e vinte e seis, se possível, qualquer coisa como setecentos e cinquenta e sete fogos. Nós já adquirimos quase a esmagadora maioria dos terrenos para o fazer, alguns já eram da Câmara ou eram do Município, os outros adquirimos, já fizemos um esforço financeiro



BA

M. J. J. J.
J. J. J. J.

muito forte na aquisição desses terrenos dispersos pelo concelho. Já lançamos o primeiro empreendimento está em curso aqui no Sobreiro, o Sobreiro 58, são cinquenta e oito fogos de tipologias T1 e T2. Um projeto muito bem conseguido, com um nível de conforto enorme, cumpre todas as normas mais atuais de conforto, de acessibilidades, um projeto verdadeiramente único. Entretanto, lançamos também concursos que já estão em avanço, a própria elaboração dos projetos para todos os outros empreendimentos, são projetos que vão ser muito bonitos, feitos por grandes arquitetos com marca na arquitetura portuguesa, contratamos também a FAUP, Faculdade de Arquitetura, para desenvolver connosco um projeto inovador e pioneiro em termos de abordagem às famílias de etnia cigana para, digamos, conceber esses projetos numa lógica integrada, e eles chamaram equipas multidisciplinares para desenvolver esses projetos; esses projetos também estão a ser levados a cabo, e nós estamos a contratar quase todas semanas esses projetos com o IHRU para podermos obter o financiamento a 100% no âmbito do PRR, essa é a grande vantagem, nós estamos neste momento a lutar e a conseguir que é: se nós conseguirmos candidatar e aprovar no IHRU esses projetos no mais curto espaço de tempo possível, podemos depois realizar as obras, construir esses fogos e obter um financiamento integral; se não conseguirmos, aquilo que está contratualizado na estratégia local de habitação é que só temos 40% a fundo perdido, os outros 60% têm que ser assumidos pelo Município. Ora, isso é uma diferença muito considerável, digamos, ser zero ou ser 60% do valor. Nós se conseguirmos, que é isso que estamos a tentar fazer todos os dias, a equipa da Espaço Municipal tem-se desdobrado e tem sido extremamente eficaz, até tem sido reconhecida pelo próprio IHRU pelo profissionalismo e eficácia da equipa da Espaço Municipal, então nós podemos ter ganhos e, obviamente, com isso realizar ou concretizar de uma forma mais célere, e mais vantajosa para o Município, esse conjunto de empreendimentos. São todos empreendimentos pequenos, de poucos fogos, vinte e tal fogos, no máximo trinta e poucos fogos, o empreendimento maior é este no Sobreiro que tem cinquenta e oito. Todos os outros são pequenos empreendimentos que vão ficar, digamos, diluídos na geografia do concelho, nas várias freguesias do concelho, vamos ter, espero eu, bons resultados com este trabalho. E também estamos a comprar alguns empreendimentos ou até habitações soltas, apartamentos que se mostram no mercado a serem vendidos e nós vamos lá, e se nos interessar, a Câmara compra-os e depois põe a candidatura no IHRU e o IHRU



BA
af
so
Paulo

depois paga-nos, nós somos reembolsados do dinheiro que adiantamos na compra, também estamos a fazer isto sempre que aparecem fogos à venda usados, nós vamos lá e vemos se nos interessa e se os podemos comprar. Depois, o Senhor Deputado Edgar Rocha falou no Voto de Pesar, a que eu me associo, ao Senhor Carlos Teixeira, como um grande autarca aqui da antiga freguesia da Maia e também Deputado aqui da Assembleia Municipal, e também o Senhor Deputado Hélder Quintas, também falou sobre um voto de pesar de um outro autarca, o Senhor Alfredo Teixeira, que foi durante muitos anos autarca na freguesia de Milheirós e foi Presidente da Junta durante vários anos também. Obviamente, eu conheci-o também muito bem, e trabalhei com ele e era muito amigo dele e também foi com pesar que nos despedimos do Senhor Alfredo Teixeira. Depois, o Senhor Deputado Manuel Meireles falou sobre a construção na Travessa da Areosa, no Castelo da Maia, *“Alvará para a indústria, construção de cinco pisos a cima da cota soleira, área envolvente não respeita o afastamento com a via pública”*, eu não sei o que é, vou saber e depois informo. Aquilo que eu sei é que esta Câmara é muito escrupulosa, muito rigorosa na análise de todos os processos, não sei o que é, mas vou tentar saber amanhã. Não diz aqui o número do processo, não é este, este é o alvará de indústria, mas não tem aqui o número do processo? Eu vou ver isto. Depois, o Senhor Deputado Pedro Montalvão, acabei por não perceber se ele acha bem ou mal que se dê os nomes às ruas em vida... Percebi agora pela Senhora Secretária que o Senhor Deputado Montalvão acha bem que se dê os nomes em vida, é isso? Ah, o contrário, muito bem.”

CARLA SUSANA FERNANDES RIBEIRO, no uso da palavra, solicitou um esclarecimento e disse: “Eu só queria perguntar ao Senhor Presidente em que Maia é que ele vive relativamente à UNIR, e onde é que os utentes aqui na Maia não tiveram problemas. Eu, no dia quatro de dezembro, estive às nove e meia da manhã à espera do autocarro cinquenta e um para ir para Águas Santas, porque no horário estava anunciado que ele passava às nove e meia e foi o senhor motorista da carreira trinta e seis que me informou que os horários continuavam a ser os antigos, quando tinham sido publicados os anteriores. Há um aviso no autocarro cinquenta e um a dizer todos os percursos continuam a ser os mesmos, exceto a carreira cinquenta e um e a quinze, todos os percursos e horários mantêm-se iguais. E, no entanto, vamos consultar o site da UNIR e isso não corresponde à verdade. Por isso, não diga que a situação da Maia não teve perturbações, porque isso não corresponde à realidade.”



Bm

M. de

Francis

Colocada a votação a admissão do Voto de Pesar pelo "Falecimento de Carlos dos Santos Teixeira" apresentado pela Coligação "Maia em Primeiro", documento identificado com o número **dez**, foi admitido **por unanimidade**.

Não se verificaram inscrições.

Colocada a votação foi o Voto de Pesar pelo "Falecimento de Carlos dos Santos Teixeira" apresentado pela Coligação "Maia em Primeiro", documento identificado com o número **dez**, **aprovado por unanimidade**.

Colocada a votação a admissão da Proposta de Recomendação "Atribuição do nome de Carlos dos Santos Teixeira a Rua da Área da antiga Freguesia da Maia" apresentada pela Coligação "Maia em Primeiro", documento identificado com o número **onze**, foi admitido **por unanimidade**.

Não se verificaram inscrições.

Colocada a votação foi a Proposta de Recomendação "Atribuição do nome de Carlos dos Santos Teixeira a uma Rua da Área da antiga Freguesia da Maia" apresentada pela Coligação "Maia em Primeiro", documento identificado com o número **onze**, **aprovado por unanimidade**.

Colocada a votação a admissão do Voto de Pesar pelo "Falecimento de Alfredo dos Santos Teixeira" apresentado pela Coligação "Maia em Primeiro", documento identificado com o número **treze**, foi admitido **por unanimidade**.

Não se verificaram inscrições.

Colocada a votação foi o Voto de Pesar pelo "Falecimento de Alfredo dos Santos Teixeira" apresentado pela Coligação "Maia em Primeiro", documento identificado com o número **treze**, **aprovado por unanimidade**.

Colocada a votação a admissão da Proposta de Recomendação "Atribuição do nome de Alfredo dos Santos Teixeira a uma Rua da Freguesia de Milheirós" apresentada pela Coligação "Maia em Primeiro", documento identificado com o número **catorze**, foi admitido **por unanimidade**.

Não se verificaram inscrições.



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Maia' and other illegible marks.

Colocada a votação foi a Proposta de Recomendação "Atribuição do nome de Alfredo dos Santos Teixeira a uma Rua da Freguesia de Milheirós" apresentada pela Coligação "Maia em Primeiro", documento identificado com o número **catorze**, **aprovado por unanimidade**.

Colocada a votação a admissão do Voto de Pesar pelo "Falecimento de Carlos dos Santos Teixeira" apresentado pelo Partido Socialista, documento identificado com o número **nove**, foi admitido **por unanimidade**.

Inscreveram-se e tomaram a palavra os(as) Senhores(as) Deputados(as): **ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA**, no uso da palavra, solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa e disse: "A Assembleia Municipal acabou de aprovar um voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Carlos dos Santos Teixeira, creio que o Senhor Presidente está a dar início à aprovação de um outro voto de Pesar. Salvo melhor entendimento, isso não faz nenhum sentido. Percebendo, porque ali os nossos companheiros Deputados do Partido Socialista deram-me nota que gostariam que o Partido Socialista tivesse um voto de Pesar sobre o Senhor Carlos Teixeira, situação que eu acho muito bem, o Partido Socialista, até as outras forças políticas todas aqui presentes; creio que a Assembleia Municipal não pode, em nenhuma circunstância, aprovar dois votos de pesar de conteúdo praticamente idêntico e de pequenas divergências na forma, isso não existe; o que existe, a contento de todos, é um voto de pesar que está aprovado e que é da Assembleia. O que é que a Coligação "Maia em Primeiro" pode fazer a este propósito no sentido de contentar as partes, é dizer que o voto de pesar é proposto pela Coligação "Maia em Primeiro" e pelo Partido Socialista, ou não dizer que é proposto por ninguém. Agora, aprovar dois votos de pesar à mesma pessoa, na mesma Assembleia, é uma coisa que, Senhor Presidente, me parece que não existe."

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, no uso da palavra disse: "O que o Senhor Deputado está a propor é que a Bancada Socialista faça em conjunto com a sua proposta e seja um único voto de pesar em conjunto. Eles realmente são praticamente iguais. Senhor autor deste voto de pesar, está de acordo? Podemos votar em conjunto? Aceita? A proposta do Senhor Deputado da Coligação é uma proposta única, porque nós vamos



BA
afsi
ham

aqui votar dois votos de pesar, um pela Coligação e outro pelo Partido Socialista, são iguais.”

CRISTIANA MARIA MONTEIRO CARVALHO no uso da palavra disse: “Não obstante o Partido Socialista ter enviado à Mesa, mais ao final do dia, fomos nós que apresentamos primeiro este voto aqui nesta Assembleia. Não estamos disponíveis para unir os dois votos. Entendemos que no nosso voto, e eu gostaria aqui também de ressaltar esta questão, mediante, como aliás tive a oportunidade de referir ao Senhor Deputado António Fernando, efetivamente uma parte do que contem o nosso voto foi a pedido da família, foram alguns elementos da família que entraram em contacto connosco e solicitaram essa questão, e que também nos pediram especificamente que o voto fosse apresentado pelo Partido Socialista, e que era essa a vontade do Senhor Carlos Teixeira e, portanto, nós gostaríamos de respeitar essa vontade.”

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA no uso da palavra, disse: “É de facto uma situação desagradável, o voto de pesar desta Assembleia está aprovado. O Partido Socialista e a Senhora Deputada, e certamente que o faz com toda a bondade, vem aqui aludir a questões familiares do Senhor Carlos Teixeira, ou aos familiares do Senhor Carlos Teixeira e eu não me sinto nada confortável neste debate. A relação de amizade que tenho com a família do Senhor Carlos Teixeira e que tinha com o Senhor Carlos Teixeira, fez com que eu há, poucos dias atrás, tivesse falado pessoalmente com filhos do Senhor Carlos Teixeira a este propósito, que ficaram muito sensibilizados com a nossa pretensão. Eu também não vou andar aqui a fazer filmes, o líder parlamentar do Partido Socialista é genro do Senhor Carlos Teixeira. Se o Partido Socialista vem aqui agora abordar a questão familiar, sendo o líder parlamentar do Partido Socialista genro do Senhor Carlos Teixeira, eu, Senhor Presidente, vou fazer fé naquilo que a Senhora Deputada do Partido Socialista aqui disse. E portanto, a Coligação “Maia em Primeiro” vai cometer a enormidade de pedir à Mesa que retire uma proposta que já foi votada, que é impossível, está ali o Senhor Deputado, curiosamente também do Partido Socialista a dizer isso, e portanto nós estamos aqui num... Ora, a solução do Senhor Presidente da Câmara foi, de facto, hegemónica, “é natal”. Nós vamos aceitar a admissão da proposta do Partido Socialista e vamos votá-la, na certeza que estamos aqui a fazer algo de extraordinário, mas se calhar este



BA
ds
M
g

assunto também é extraordinário. Só uma coisa, o Partido Socialista tem que retirar dessa proposta a questão da rua, porque é formalmente incorreto, se não retirarem nós chumbamos a proposta."

FERNANDO MIGUEL FERREIRA DOS SANTOS, após cumprimentar todos os presentes, no uso da palavra disse: "Eu pedia que o Senhor Presidente e as Senhoras Secretárias se efetivamente é possível ou não, apresentar dois votos de pesar, tanto quanto me parece é perfeitamente possível, apresentar dois votos de pesar. É perfeitamente possível, podiam se calhar pensar nisso e evitava-se aqui, mais um problema. Muito obrigado."

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, no uso da palavra disse: "Senhor Deputado e Senhor Presidente de Junta, eu não sei, não sou jurista, e aqui a Dr.^a Márcia é jurista, mas também não está aqui na qualidade de jurista. Nós pensamos que sim, não temos a certeza, há uma proposta do Deputado António Fernando para anular a deliberação que foi tomada na proposta apresentada pela Coligação; nas duas propostas apresentadas, a de recomendação e a de Pesar, mas tem que colocar isto à Assembleia, se estão de acordo. Portanto, houve uma proposta da Coligação para retirar as propostas já aprovadas.

(ocorrem breves intervenções fora do púlpito)

Já percebi, vamos votar as duas propostas."

CRISTIANA MARIA MONTEIRO CARVALHO no uso da palavra disse: "Relativamente aqui à questão levantada pelo Senhor Deputado António Fernando, o Partido Socialista agradece a disponibilidade demonstrada. Efetivamente, então concordamos sim, e retiramos a alínea que segue na proposta de recomendação e, uma vez que ela também já foi aprovada, nós juntamos tudo por uma questão de economia de tempo e de propostas e, digamos assim, efetivamente dessa forma parece-nos formalmente mais correto e, portanto, concordamos, sim. Ficaria então o voto de pesar sem alínea da recomendação do nome da rua e agradecemos então a disponibilidade demonstrada, e acho que assim ficaria tudo contente."



BA
M
de
Hau

Colocado a votação foi o Voto de Pesar pelo "Falecimento de Carlos dos Santos Teixeira" apresentado pelo Partido Socialista, documento identificado com o número **nove, aprovado por unanimidade**, retirando-se o ponto 3 da proposta.

2. Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo art.º 49.º do Regimento da Assembleia Municipal:

Inscreveram-se os Munícipes:

Nuno Jorge Ferreira Gomes, fez uma intervenção sobre Poluição sonora e pavimentos.

Rui Filipe Oliveira Magalhães, fez uma intervenção sobre Espaço público e propriedade horizontal.

3. Período da Ordem do dia:

3.1 Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal (alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Regimento da Assembleia Municipal):

Inscreveram-se e tomaram a palavra os(as) Senhores(as) Deputados(as):

CARLA SUSANA FERNANDES RIBEIRO, no uso da palavra, leu o documento identificado com o número **quinze**.

DAVID AUGUSTO DUARTE TAVARES, prescindiu do uso da palavra.

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento**.

3.2 Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 do Município da Maia:

Inscreveram-se e tomaram a palavra os(as) Senhores(as) Deputados(as):

CARLA SUSANA FERNANDES RIBEIRO, no uso da palavra, leu o documento identificado com o número **dezasseis**.

CAROLINA ALMENDRA ARAÚJO ALVES DE CARVALHO, após cumprimentar todos os presentes, no uso da palavra, leu o documento identificado com o número **dezassete**.

FERNANDO MIGUEL FERREIRA DOS SANTOS, no uso da palavra, leu o documento identificado com o número **dezoito**.



PAULA ALEXANDRA PINHO DA COSTA, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **dezanove**.

ALBERTO CARLOS PIRES DOS REIS E SANTOS, no uso da palavra, leu o documento identificado com o número **vinte**.

CRISTIANA MARIA MONTEIRO CARVALHO, no uso da palavra disse: “Verificamos neste documento que nos foi apresentado para o ano de dois mil e vinte e quatro, que o orçamento será de, aproximadamente, como já feito e referido anteriormente, cento e cinquenta e três milhões de euros, refletindo um aumento de cerca de vinte milhões face a dois mil e vinte e três, fruto da descentralização de competências por parte do Estado, mas verificamos também o seguinte: o rumo assumido neste orçamento é claro, mais carga fiscal, mais impostos, como, aliás, referem os Vereadores do Partido Socialista, o esforço no pagamento de impostos dos Maiatos terá um aumento previsível de cerca de seis milhões de euros, correspondente a um aumento de 15% em comparação com o ano em curso; o que prova, mais uma vez, que existe margem para uma diminuição da carga fiscal, tal como tem vindo a ser sucessivamente defendido pelo Partido Socialista, o que aliás gerou algum debate na passada sexta feira nesta mesma Assembleia. Verificamos ainda que o apoio do Estado Central ascende a cerca de quarenta e sete milhões, correspondendo a um aumento de nove milhões, à volta de 25%. Gostaríamos de destacar também o seguinte: o apoio às Juntas de Freguesia é mínimo, comprometendo assim a capacidade de execução e autonomia financeira e estratégica, particularmente as freguesias mais pequenas e, naturalmente, com menor capacidade de negociação. O PS não se revê nesta atitude, defendendo uma verdadeira descentralização e capacitando e responsabilizando as Juntas de Freguesia na sua ação em defesa dos interesses dos seus fregueses. Verificamos inclusivamente na proposta que foi apresentada, ou na proposta veiculada pelos Vereadores do Partido Socialista, na documentação anexa; mas mais do que aquilo que consta no orçamento e que os colegas de outras forças políticas já puderam também aqui explanar, não podemos deixar de referir aquilo que mais uma vez não consta, mais uma vez prima pela ausência. Efetivamente não é de hoje que o Partido Socialista defende que seja dada voz à população através da implementação de um orçamento participativo, isto permitiria que os cidadãos pudessem propor e decidir o rumo a dar a uma pequena fatia do orçamento e aqui mais uma vez o Partido



Socialista defende a autonomia e a responsabilização dos cidadãos, permitindo que tenham uma voz ativa e participativa nas decisões do seu Município. Trata-se tão simplesmente de cidadania e da democracia postas em prática e o Partido Socialista não teme, nem a cidadania, nem a democracia. Assim sendo, e porque não nos revemos nesta proposta, que entendemos não ser a que melhor serve os interesses da Maia, o nosso voto só poderia ser contra. Disse.”

CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA, no uso da palavra, leu o documento identificado com o número **vinte e um**.

MARCO FILIPE FERREIRA DOS SANTOS, após cumprimentar todos os presentes, no uso da palavra, leu o documento identificado com o número **vinte e dois**.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DA MAIA, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, no uso da palavra disse: “Eu não vou gastar muito tempo, vou tentar responder a algumas questões que alguns Senhores Deputados aqui colocaram, é sobre este documento que é único, só para terem uma noção, nós temos hoje, ou para dois mil e vinte e quatro, o terceiro maior orçamento da Área Metropolitana do Porto. Só o Porto e Vila Nova de Gaia é que têm um orçamento superior ao da Maia e, como saberão, quer Porto quer Gaia, Gaia têm mais do dobro da população, quase o triplo, e o Porto tem quase o dobro da população. Isso é sinónimo da nossa capacidade de criar riqueza, de ter capacidade de investimento e de estar numa trajetória de desenvolvimento assinalável. Dizer-vos que eu gostei desta última intervenção deste jovem Marco Santos, do discurso dele, da terminologia que ele aborda, um formato a meu ver de um jovem que pensa bem no futuro, e que eu me revejo em áreas como ele referiu, da circularidade da economia, nos espaços verdes de proximidade, da qualidade de vida, são tudo aspetos que nos são caros e que nós todos os dias trabalhamos para acrescentar valor e acrescentar melhorias a todos estes propósitos. Nós escolhemos muito bem as atividades económicas que aceitamos, não é qualquer empresa que se queira instalar aqui no concelho, cuidamos também muito da promoção imobiliária, para que não compremos problemas no futuro, para que façamos as coisas com regra, investimos muito no espaço público, para o qualificar e dar as melhores condições às pessoas, à nossa comunidade, em modos suaves, na sustentabilidade, cada vez mais, e é um esforço que temos que fazer todos, de disponibilizar o espaço público às pessoas e muito mais às pessoas, e muito menos



BA
AS
AS

aos veículos automóveis, para que as pessoas possam usufruir cada vez mais do espaço. Estamos a investir muito também nos transportes, embora com algumas dificuldades aqui ou ali, porque as coisas não se fazem só porque se diz, esta questão dos Transportes Metropolitanos, que é um projeto que todos devemos acarinhar, e estimular, e até tolerar também, porque é uma coisa única, quer dizer, haver um serviço, ao qual nós aderimos livremente, e que entregamos essa competência à Área Metropolitana do Porto, o único Município que entregou e depois retirou foi o Município do Porto, a meu ver mal, numa atitude um bocado acintosa com os restantes Municípios da Área Metropolitana, mas nós não o fizemos, com esse facto é evidente que os Municípios perdem o controlo efetivo e instantâneo, estes pequenos desvios que existem e que de facto no nosso Município felizmente são pontuais, mas que mesmo assim são dificuldades para quem utiliza transporte público da rede UNIR. Nós estamos em cima do assunto e atentos, mas obviamente que tudo isso passa pela Área Metropolitana. Nós entregamos essa competência e, portanto, não a retiramos, ela mantém-se na Área Metropolitana. Mas fizemos esse caminho, e estamos a fazer esse caminho, integramos a STCP também para não ficarmos de fora, fazemos parte da Metro, agora estamos a criar condições para que a ferrovia também seja mais potenciada criando transportes flexíveis, para conectar os diversos tipos de transportes que nós possuímos. Há um trabalho e há um investimento, isto tudo só existe porque também o Município da Maia está a carrear para esta área de missão pública de investimento. Depois, também a questão relacionada com as Juntas de Freguesia; se forem perguntar a qualquer Junta de Freguesia grande ou pequena, maior ou menor, elas dirão que a Câmara da Maia comporta-se como uma parceira única, quer as Juntas, quer as Paróquias, quer as coletividades, quer as instituições de solidariedade social, ninguém tem o mínimo de razão sobre nada. Ainda há dias reuni com a Presidente da ASMAN, que vai fazer uma residência sénior, naqueles terrenos que nós lhe cedemos ali em Gueifães, e ela concorreu a um programa, foi-lhe atribuído uma comparticipação, mas o valor da comparticipação fica aquém, perto de um milhão de euros, a comparticipação desse programa não paga a totalidade do investimento, e há um diferencial de cerca de um milhão de euros, e a Câmara, e eu próprio, disse à ASMAN que a Câmara assumiria metade desse diferencial. Aquilo que acontece não é com a ASMAN, é com qualquer uma entidade de solidariedade social que desenvolva um projeto e que tenha, obviamente, uma aprovação de um fundo



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Afri' and other illegible marks.

comunitário ou de um programa PARES; o Estado Central também tem que carrear para este tipo de projetos, que são projetos necessários, um esforço maior. Também ouvi, por exemplo o PAN, a Deputada Paula Costa, que vai votar a favor, segundo percebi, falar que, por exemplo, num projeto gostava de saber, que anda adiado, o CEBEA. Nós temos o projeto pronto, o projeto de execução feito em condições de o lançar amanhã a concurso público; temos o terreno, que é da Câmara, com cerca de dezasseis mil metros, para fazer este projeto, em Milheirós; e temos o projeto pronto, mas, obviamente, que é um projeto que custa cerca de quatro milhões de euros. É um centro de excelência e bem-estar animal, nós gostávamos muito, e ficávamos muito mais confortáveis que houvesse uma ajuda ao nível da Administração Central, designadamente através de um projeto ou de uma candidatura que o Governo da Nação disponibilizasse. Eu convido-a a falar com os colegas do PAN e tentar persuadir ou convencer a Administração Central a criar essa condição para nós podermos candidatar-nos e podermos rapidamente por em curso este empreendimento. Eu não digo que nós não o possamos fazer sozinhos, mas acho que é um mau exemplo, porque um investimento destes, com esta magnitude, com esta qualidade, que é um projeto único no país devia ser acarinhado por quem de direito, que é quem faz as leis na Assembleia da República, para nós olharmos com os olhos que nós olhamos, o Município da Maia olha para a causa animal, é uma forma também de nos entusiasmar e nos ajudar a levar a cabo as coisas. Se o Estado deixou, por exemplo, de financiar projetos rodoviários e fazer autoestradas, e a Câmara o que faz paga exclusivamente com receita Municipal, este tipo de projetos, que são projetos inovadores e estratégicos e que são o futuro, devem ser acarinhados por esta via, de eles servirem de exemplo e de motivação para outros Municípios e outras geografias do país para fazerem o mesmo. Foi sempre assim. Quando foi necessário fazer equipamentos na área do ambiente, em estações de tratamento, nos resíduos sólidos; ainda recentemente eu li no jornal, que a Maia, em novembro último, no último mês, atingiu o maior nível de reciclagem do país. A Maia já recicla mais de 50% dos resíduos sólidos, portanto, os resíduos sólidos que nós recolhemos, mais de 50% já são para reciclar e que não há nenhum Município do país que tenha esse nível de desempenho. Eu só vou dizer também ao Senhor Presidente de Águas Santas, foi o único Presidente que veio cá, que eu ouvi com atenção, e como o Senhor Presidente sabe, nós lançamos o acordo-quadro dois, que está adjudicado a duas empresas, uma para



BM
Yb
JP

cubos e outra para alcatrão, esse processo está a obter visto do tribunal de contas, logo que o visto nos chegue, deve estar a chegar, nós podemos iniciar os trabalhos, e vamos fazê-lo em todo o concelho. Eu tive uma palavra, aqui há umas semanas, em que disse aos serviços que gostava que desta vez a primeira empreitada fosse em Pedrouços, porque a freguesia de Pedrouços, na última intervenção, que foi o acordo-quadro um, foi diminuída de uma intervenção no espaço público em termos de alguns arruamentos que estavam aprovados no âmbito do PEDU e que não foram feitos, e que agora era de inteira justiça que Pedrouços fosse a primeira freguesia a ser iniciada. Mas como são duas empreitadas, podemos começar uma em Pedrouços e outra noutra freguesia. Os serviços técnicos têm toda a listagem que os Senhores Presidentes de Junta fizeram-nos chegar com as prioridades. Nós vamos ter que, nestes dois anos, levar a cabo esta empreitada magna, que é uma empreitada que cobre o concelho todo e que revoluciona, de alguma forma, pela segunda vez, os arruamentos do concelho. E depois tomei nota da Quinta da Pícuca, da iluminação, isto é um assunto mais ligado à EDP ou à E-REDES. As questões do multibanco nós estamos a avançar, vamos colocar uma caixa multibanco em Parada, numa loja que é da Câmara, onde está o Arsenal da Maia, vamos colocar aí uma caixa, para servir aquela área de Águas Santas, vamos fazer aquelas obras que referiu aqui todas, aquele acesso à Junta de Águas Santas, que é uma coisa primordial, nós já compramos tudo. Compramos uma casa para realojar o caseiro que vive lá, o caseiro que vive numa casa que nós compramos juntamente com o terreno, para abrir a rua a ligar à sede da Junta de Águas Santas. Havia lá um caseiro, e o caseiro veio cá falar connosco e comigo, um casal com setenta anos, à volta disso, e que não queria sair dali, estavam muito habituados a viver ali, que têm cinco cães e três gatos e gostavam muito dos animais e que queria também ter habitação para poder continuar a ter os animais, e mais não sei quê, e nós mobilizamo-nos, eu mobilizei-me, e fomos comprar uma casa ao mercado, uma moradia bi-familiar, onde vamos alojar esse casal, porque esse casal faz parte da lista também do primeiro direito, vamos poder alojá-los nesse âmbito também. Isso está a acontecer tudo, o Senhor Presidente da Junta disse-me que nem tinha essa informação que o empreiteiro já está a instalar-se lá no local, tudo que eu digo, aquilo é como um relógio suíço, tudo é cumprido e muito bem e o mérito não é meu, o mérito é da organização, portanto, é da Câmara e de todos os colaboradores da Câmara, das mais diversas áreas que promovem e desenvolvem isto tudo, eu sou



BA
MR
Café
Sousa

somente um elemento potenciador da coisa. Senhor Presidente, eu vou deixar somente um texto que preparei para incluir na ata e vou pedir à Mesa se o mandava fotocopiar para entregar a cada força política. É o texto que, no fundo, retrata o plano e orçamento, que não diz mais do que coisas objetivas." Documento identificado com o número **vinte e três**.

Colocado a votação foram as "Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 do Município da Maia", **aprovados por maioria com vinte e quatro (24) votos a favor sendo: vinte e três (23) da Coligação "Maia em Primeiro", um (1) do Senhor Deputado e Presidente de Junta de Águas Santas, Miguel dos Santos do Partido Socialista; treze (13) votos contra sendo: dez (10) do Partido Socialista, dois (2) Bloco Esquerda, um (1) da CDU e cinco (5) abstenções sendo: uma (1) do PAN, um (1) da Senhora Deputada Sofia Rios Batista, uma (1) do Senhor Deputado David Augusto Duarte Tavares, uma (1) da Senhora Deputada Catarina Isabel Marques Maia, uma (1) do Senhor Deputado e Presidente de Junta de Folgosa, Vitor Manuel Sousa Ramalho da Coligação "Maia em Primeiro"**.

SÉRGIO ALFREDO CONCEIÇÃO DA SILVA E SOUSA, no uso da palavra, **fez uma declaração de voto**, lendo o documento identificado com o número **vinte e quatro**.

VITOR MANUEL SOUSA RAMALHO, no uso da palavra, **fez uma declaração de voto**, lendo o documento identificado com o número **vinte e cinco**.

3.3 G.O.P. - Plano Plurianual de Investimentos, Plano das Atividades Mais Relevantes para o quinquénio 2024-2028 e Orçamento Ordinário para o ano 2024 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia:

Não se verificaram inscrições.

Colocada a votação foram os "G.O.P. - Plano Plurianual de Investimentos, Plano das Atividades Mais Relevantes para o quinquénio 2024-2028 e Orçamento Ordinário para o ano 2024 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia", **aprovados por maioria com vinte e seis (26) votos a favor sendo: vinte e quatro (24) da Coligação "Maia em Primeiro", um (1) do Senhor Deputado e Presidente de Junta de Águas Santas, Miguel dos Santos do Partido Socialista, um (1) da CDU; doze (12) votos contra sendo: dez (10) do Partido Socialista, dois (2) Bloco Esquerda, e quatro (4) abstenções sendo: uma (1) do PAN, uma (1) da Senhora**



Deputada Catarina Isabel Marques Maia, uma (1) da Senhora Deputada Sofia Rios Batista, uma (1) do Senhor Deputado David Augusto Duarte Tavares.

JOSÉ PEDRO BOTELHO DE MONTALVÃO FERNANDES, no uso da palavra, fez uma declaração de voto, lendo o documento identificado com o número vinte e seis.

3.4 Autorização Prévia da Assembleia Municipal e Delegação de Competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - 2024:

Não se verificaram inscrições.

Colocada a votação foi a "Autorização Prévia da Assembleia Municipal e Delegação de Competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - 2024", **aprovada por maioria com quarenta (40) votos a favor sendo: vinte e quatro (24) da Coligação "Maia em Primeiro", dez (10) do Partido Socialista, dois (2) Bloco Esquerda, um (1) do PAN, uma (1) da Senhora Deputada Catarina Isabel Marques Maia, uma (1) da Senhora Deputada Sofia Rios Batista, um (1) do Senhor Deputado David Augusto Duarte Tavares; dois (2) votos contra sendo: um (1) do Senhor Deputado Manuel Meireles do Partido Socialista e um (1) da CDU.**

3.5 Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A. – Instrumentos de Gestão Previsional ano 2024:

Não se verificaram inscrições.

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.**

3.6 Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. - Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2024:

Não se verificaram inscrições.

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.**

3.7 Fundação Conservatório de Música da Maia - Plano de Atividades e Orçamento ano de 2024:

Não se verificaram inscrições.

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.**

3.8 Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M. - Instrumentos de Gestão Previsional ano 2024:



Não se verificaram inscrições.

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento**.

E sendo vinte e três horas e cinquenta e seis minutos do dia dezoito do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, foi dada por encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa: Presidente da Mesa, António Gonçalves Bragança Fernandes, pela 1.ª Secretária, Márcia Isabel Duarte Passos Resende, pela 2.ª Secretária, Susana Filipa Coelho Rafael, e pela Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Gisela Soares das Neves:

O Presidente:

A 1.ª Secretária:

A 2.ª Secretária:

A Chefe da UAOA:

Assembleia Municipal da Maia

De: Freguesia Nogueira e Silva Escura <jfnogueira@sapo.pt>
Enviado: 4 de dezembro de 2023 11:44
Para: 'Assembleia Municipal da Maia'
Assunto: 5ª SESSÃO ORDINÁRIA

Importância: Alta

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal
Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes

Dada a minha impossibilidade de estar presente, informo V. Exa que na próxima 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que se realiza no próximo dia 18 de Dezembro, serei representado pelo Exmo. Sr. Luis Miguel de Ascensão Teixeira, Secretário desta Junta de Freguesia.

Sem outro assunto de momento, aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa os meus melhores cumprimentos.

O Presidente

Ilídio Silva Carneiro



Rua do Calvário, n.º 380
4475-463 Maia
Tel: 229 617 210
E-mail: geral@jfnogueiraesilvaescura.pt



Freguesia de Castelo da Maia

Concelho da Maia

Exmo. Sr. Engº António Gonçalves Bragança Fernandes
 Presidente da Assembleia Municipal da Maia
 Praça Dr. José Vieira de Carvalho
 4470-202 MAIA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		75/2023	04/12/2023

Assunto: Substituição de presença na Assembleia Municipal

Eu, Manuel Moreira Azenha, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo da Maia, deputado Municipal por inerência, ao abrigo da Lei Regimental dessa Assembleia, venho pelo presente dar conhecimento a V. Exa. da minha indisponibilidade, para estar presente na 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar a 18 de dezembro de 2023 pelas 21h30.

Face ao exposto, delego a minha presença no membro do Executivo da Freguesia de Castelo da Maia, Dr. Eugénio José Vieira Teixeira, que estará presencialmente na referida sessão.

Com os melhores cumprimentos,



Vindo
 BAA

Assembleia Municipal da Maia

De: Rui Leandro Maia <ruileandromaia@gmail.com>
Enviado: 8 de dezembro de 2023 19:28
Para: Presidente Assembleia Municipal da Maia
Cc: Márcia Passos - Assembleia Municipal da Maia; Filipa Rafael - Assembleia Municipal da Maia
Assunto: Justificação de ausência e solicitação de substituição na 5.ª Sessão Ordinária de 2023 da AMM

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal da Maia
António Bragança Fernandes

Por razão de ordem profissional, não poderei estar presente na 5.ª Sessão Ordinária de 2023 da Assembleia Municipal da Maia, a realizar no dia 18.12.2023, solicitando, por isso, que a mesa diligencie a minha substituição.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Leandro Maia

Visto Comarca
o seguinte de lista
RLM

Assembleia Municipal da Maia

De: João Torres <joaojmtorres@gmail.com>
Enviado: 12 de dezembro de 2023 11:47
Para: Assembleia Municipal da Maia
Cc: Márcia Passos - Assembleia Municipal da Maia; Filipa Rafael - Assembleia Municipal da Maia; Rui Leandro Maia
Assunto: Pedido de substituição | 7.^a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal e 5.^a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia,

Venho solicitar a minha substituição para a **7.^a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 15 de dezembro de 2023 e 5.^a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 18 de dezembro de 2023**, por motivos profissionais que impossibilita a minha presença na data referida.

Obrigado e votos de um bom trabalho.

Com os melhores cumprimentos,

João Magalhães Torres

Deputado do Grupo Municipal do Partido Socialista

Vinto, como queira
requerimento de lista.
BJT

Assembleia Municipal da Maia

De: Jorge Santos <jorgesantos021@gmail.com>
Enviado: 12 de dezembro de 2023 12:10
Para: Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Assunto: Pedido de substituição - sessão 18/12/2023

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia,

Por razões profissionais, não poderei comparecer à 5ª sessão ordinária de 18/12/2023, motivo pelo qual solicito a V. Exa. a minha substituição.

Com os melhores cumprimentos,

Jorge Santos

Visto, como p. n. o
requerente de lista
BJS

Assembleia Municipal da Maia

De: Olga Freire <olga_vfreire@hotmail.com>
Enviado: 18 de dezembro de 2023 12:32
Para: Assembleia Municipal da Maia
Assunto: RE: 3.1 disponível: 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 18 de dezembro de 2023

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia,
Caro Eng. Bragança Fernandes,

Venho por este mios solicitar a minha substituição na Assembleia Municipal de hoje pelo Mário Jorge Martins, tesoureiro desta Freguesia.

Com os meus melhores cumprimentos
Olga Freire

De: Assembleia Municipal da Maia <presidente.assembleia@cm-maia.pt>

Enviado: 12 de dezembro de 2023 11:02

Cc: 'Assembleia Municipal da Maia' <presidente.assembleia@cm-maia.pt>; 'Márcia Passos - Assembleia Municipal da Maia' <marciapassos.assembleia@cm-maia.pt>; 'Filipa Rafael - Assembleia Municipal da Maia' <filiparafael.assembleia@cm-maia.pt>

Assunto: 3.1 disponível: 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 18 de dezembro de 2023

Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,
Exmos. (as) Senhores (as) Líderes dos Grupos Municipais,
Exmos. (as) Senhores (as) Deputados

No seguimento da comunicação anterior e por indicação do Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia, serve o presente para informar V. Exas. que já se encontra disponível na plataforma *wiremeet*, toda a documentação atualizada da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 18 de dezembro de 2023.

Em nome do Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, endereço os melhores cumprimentos.

Iolanda Dias

Assistente Técnica

iolanda.dias@cm-maia.pt

Tel: 229 408 756 Ext: 8756

Tel: 939 044 268



MAIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

UNIDADE DE APOIO
AOS ORGÃOS AUTÁRQUICOS

Barros
M. J. J. J.
J. J. J.

De: Assembleia Municipal da Maia <presidente.assembleia@cm-maia.pt>

Enviada: 5 de dezembro de 2023 17:27

Cc: 'Márcia Passos - Assembleia Municipal da Maia' <marciapassos.assembleia@cm-maia.pt>; 'Filipa Rafael - Assembleia Municipal da Maia' <filiparafael.assembleia@cm-maia.pt>; 'Assembleia Municipal da Maia' <presidente.assembleia@cm-maia.pt>

Assunto: 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 18 de dezembro de 2023

Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,
Exmos. (as) Senhores (as) Líderes dos Grupos Municipais,
Exmos. (as) Senhores (as) Deputados

Por indicação do Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia, serve o presente para informar V. Exas. que já se encontra disponível na plataforma *wiremeet*, a documentação da 5.ª Sessão Ordinária a realizar no próximo dia 18 de dezembro 2023, excetuando o ponto 3.1 que seguirá oportunamente.
Em nome do Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, endereço os melhores cumprimentos.

Iolanda Dias

Assistente Técnica

iolanda.dias@cm-maia.pt
Tel: 229 408 756 Ext: 8756
Tel: 939 044 268



MAIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

UNIDADE DE APOIO
AOS ORGÃOS AUTÁRQUICOS

Intervenção 18/Dezembro/2023 – Período antes da Ordem do Dia

No passado dia 28 de Novembro, foi publicada a Portaria 397/2023, que regulamenta as peças-tipo para o procedimento de concurso público para a atribuição das concessões de distribuição de electricidade em baixa tensão no território português.

Esta portaria introduz diversas alterações à anterior, incluindo às fórmulas de cálculo. Sendo a concessão da rede de baixa tensão uma das fontes de receita importantes para os municípios, esta alteração não pode ser ignorada.

O contrato que o Município da Maia tem agora em vigor caducará em 2025 – na verdade, somos dos poucos municípios que ainda tem o contrato de concessão em vigor.

Na sequência da publicação da referida Portaria, e porque 2024 está à porta e passará rápido até 2025, temos as seguintes perguntas para o Executivo:

- há uma expectativa para a data de lançamento deste concurso público – que terá de ser internacional – pelo Município da Maia?
- no âmbito da descarbonização e da transição energética, quais os reforços da rede de baixa tensão que estão a ser considerados para tal concurso, se alguns.

Um outro tema que nos preocupa é a UNIR. O que foi apresentado como uma mera uniformização de marca introduziu o caos nos transportes públicos – os autocarros circulam sem numeração, com dizeres em sueco, os horários não coincidem com os anunciados no website. Não há qualquer tipo de garantia para os Maiatos relativamente aos transportes públicos que os servem. Sendo esta operação gerida no âmbito da Área Metropolitana do Porto, que pretende o Executivo fazer, por si ou em sede da AMP, para rapidamente minimizar os impactos na vida dos Maiatos e garantir um nível de serviço público aceitável e minimamente digno?



5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia – 18 de Dezembro de 2023

Período da Antes da Ordem do Dia

Intervenção

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa;

Exmo. Presidente da Câmara Municipal;

Exma. Senhora Vereadora e Exmos. Senhores Vereadores;

Exmas. Senhoras Deputadas e Exmos. Senhores Deputados;

Exmo. Público

Gostaria de começar por felicitar o pelouro da Cultura pela elaboração do programa comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril, pela sua diversidade temática, qualidade das conferências, abrangência das áreas artísticas e igualmente pela ligação que pretendem alcançar com o meio escolar.

Após anos de preparação e meses de adiamento, no dia 1 de Dezembro entrava em funcionamento a rede metropolitana de transporte rodoviário (UNIR).

Os horários¹ para o lote 1 que inclui o concelho da Maia, Trofa e Matosinhos só foram disponibilizados na véspera, ou seja, no dia 30 de Novembro no website da UNIR ou em links nas edições digitais de jornais ou das Câmaras Municipais.

Tendo em conta que o dia 1 era feriado, o pesadelo dos utentes começa na segunda-feira, 4 de Dezembro: carreiras suprimidas, percursos alterados, horários modificados ou suprimidos, ausência de informação, entre outros.

O concelho da Maia não ficou imune a todo este desastre, cujas alterações de percursos, diminuição de frequências, alteração de horários e a ausência de informação em carreiras como por exemplo a 51 e a 13, cuja numeração passará a

¹

<https://www.noticiasmaia.com/lancados-os-horarios-para-os-autocarros-da-unir-na-maia-trofa-e-matosinhos/>

BAH
Ofi
[Signature]
[Signature]



Handwritten signatures in blue ink, including 'BM' and 'A. de'.

ser 7001 e a 6007 respectivamente terão alteração de percurso, demorando mais tempo e no caso da 51 para além da alteração de percurso ^{de} de horário, terá uma diminuição para 5 autocarros diários deixando de servir a zona escolar de Águas Santas.

Se ninguém duvidava que o serviço teria alguns problemas na fase inicial, a realidade superou ^{em} muito as piores expectativas.

A situação comprova uma inegável incompetência cuja responsabilidade é das Câmaras Municipais e da Área Metropolitana do Porto, que está a infernizar a vida dos utentes.

A situação comprova também que os presidentes de Câmara mentiram aos utentes quando anunciaram uma solução que reforçaria a mobilidade com mais carreiras, mais horários e percursos alargados.

A situação comprova ainda que foi errada a opção por recorrer a operadores privados em vez de trabalhar no alargamento progressivo da STCP aos restantes concelhos da Área Metropolitana, como o PCP e a CDU sempre defenderam.

Mais do que constatar o resultado da incompetência de quem gere os transportes nas Câmaras e na Área Metropolitana do Porto, o que se impõe com urgência é assegurar toda a informação aos utentes e repor carreiras, percursos e horários que têm sido suprimidos (ou incumpridos) desde o início desta nova operação.

Na sessão de 28 de abril de 2023, demos a conhecer a situação de 3 pessoas/agregados familiares que viviam em condições de habitação indignas ou precárias na freguesia do Castêlo da Maia:

- D. Olga Manuela Guerra Pereira mora num quarto alugado pelo qual paga uma renda de 270 euros;
- Maria Fernanda Sousa Pinheiro, com 88 anos que vive numa casa alugada em risco de ruína e onde chove dentro de casa;
- dois irmãos que vivem numa casa abarracada;

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Após novo contacto com estes dois últimos casos, verificámos que nada foi feito para averiguar a situação em que estas pessoas vivem e a urgência do seu realojamento. Será preciso cair o telhado da casa da D. Maria Fernanda, para ela viver os seus últimos anos de vida numa casa com condições de habitabilidade e segurança?

A eleita da CDU,

Retirado a alínea ③

Aprovado por unanimidade com
retirada do alínea ③ doc. 9



BA ⑤

M. de
[Signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

5.ª Sessão Ordinária de 2023, 18.12.2023

Proposta
Deputados da Bancada do Partido Socialista

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR CARLOS SANTOS TEIXEIRA, CIDADÃO EXEMPLAR E ANTIGO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA MAIA

O SENHOR CARLOS SANTOS TEIXEIRA, falecido, com 84 anos, no dia 19 de novembro de 2023, antigo Presidente da Junta de Freguesia da Maia, foi um humanista que, com uma enorme generosidade, disse sempre sim em favor dos seus concidadãos: atento, atencioso, conhecedor dos anseios e dos problemas comunitários, ajudou, sem olhar a quem, chamou desavindos, reabilitou, sem alarido, os que, por diversos motivos e em diversas circunstâncias, não estavam bem.

No pós-25 de Abril de 1974, cunhou, conjuntamente com outros autarcas de referência, uma geração que, sem reservas, equivaleu a eficaz desempenho, de entrega total, ao serviço do bem comum e, em particular, dos mais necessitados.

Exerceu com grande dignidade o poder expressivamente delegado pela população da sua freguesia, sabendo, em todos os momentos do seu longo percurso político, perceber o que é estar em prol de uma causa, de uma terra, sempre e só movido pela conseguida pretensão de servir.

Bem para além da popular atribuição do título de "Pai do Zoo da Maia", importa honrar a sua memória de bom cidadão e de autarca exemplar, razão pela qual os deputados da bancada do Partido Socialista propõem:

1 – Que a Assembleia Municipal da Maia aprove o presente VOTO DE PESAR pelo falecimento do SENHOR CARLOS SANTOS TEIXEIRA, cidadão exemplar e antigo Presidente da Junta de Freguesia da Maia;

2 – Que seja tornado público o presente VOTO DE PESAR, através dos meios institucionais em uso pelo Município da Maia;

③ – Que a Câmara Municipal da Maia diligencie para que, oportunamente, com brevidade, seja atribuído o seu nome a uma rua da Freguesia Cidade da Maia.

Maia e Assembleia Municipal da Maia, 18 de dezembro de 2023

Aprovado por unanimidade

Doc. 10

3

MAIA EM PRIMEIRO  

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de Carlos dos Santos Teixeira, no pretérito dia 19 de novembro.

Carlos dos Santos Teixeira nasceu em Vermoim, a 15 de julho de 1939, mas foi na então freguesia vizinha da Maia que realizou grande parte sua obra pública.

No âmbito profissional, demonstrou uma grande capacidade de trabalho e logrou alcançar o objetivo de trabalhar no setor financeiro, primeiro na área dos seguros e, depois, no setor bancário. É, também, nas primeiras décadas de existência do Futebol Clube da Maia, atleta e dirigente desta coletividade.

Após o cumprimento o serviço militar obrigatório, em Moçambique, durante 3 anos, e depois da Revolução dos Cravos, envolve-se na vida política autárquica, na Freguesia da Maia. Entre 1982 e 2013, foi Presidente da Junta de Freguesia da Maia, alcançando elevadas votações, granjeando o reconhecimento dos seus fregueses, que serviu com enorme entrega e dedicação. É como Presidente da Junta de Freguesia da Maia que o seu trabalho ganha maior visibilidade, afirmando-se como um dos responsáveis pela transformação verificada no centro urbano da Cidade da Maia, nós últimos 40 anos.


O exercício do cargo de Presidente de Junta, no meio de muitas realizações, fica indelevelmente marcado pela criação do Zoo da Maia, à qual emprestou muito dinamismo e persistência, para alcançar o seu licenciamento, afirmando-o como ponto de atração de muitos visitantes da região, que desde tenra idade passaram a conhecer a Maia, também, pela existência deste carismático espaço.

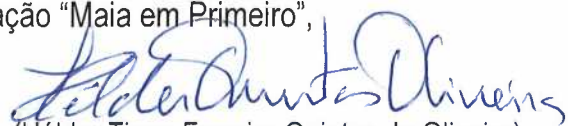
Face ao exposto, a Coligação "Maia em Primeiro" apresenta, na 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 2023, um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senhor Carlos dos Santos Teixeira.

Que este voto de pesar, seja tornado público e seja dado conhecimento à sua família, manifestando, a Assembleia Municipal da Maia, as mais sentidas condolências.

Maia, 18 de dezembro de 2023.

Pelo Grupo Municipal da Coligação "Maia em Primeiro",


(António Fernando Gomes de Oliveira e Silva)


(Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira)

Aprovado por unanimidade.

MAIA EM PRIMEIRO



DOC. 11

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Atribuição do nome de Carlos dos Santos Teixeira a uma Rua da área da antiga Freguesia da Maia

Atendendo que:

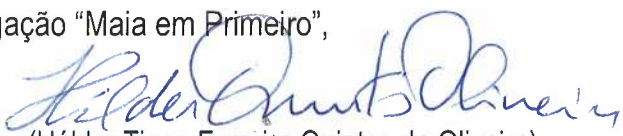
- 1) Nos termos do disposto no n.º 1 do Anexo III do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho da Maia “Compete à Câmara Municipal da Maia deliberar sobre a atribuição de toponímia no Concelho, nos termos do disposto do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com proposta apresentada pela Comissão de Toponímia, a qual integra as entidades representativas do Concelho”;
- 2) Considerando as temáticas de atribuição de topónimos elencadas no disposto no n.º 3.3 do citado artigo “Nas situações em que o novo topónimo corresponda a pessoas, a atribuição deverá ser, por princípio, a título póstumo e destinando-se a louvar personalidades que nas artes, na política, nas obras sociais, no desporto e outras áreas de atividade, atingiram notoriedade, objetiva e positivamente, em dado momento da vida local ou supralocal”;
- 3) Sendo do entendimento do Grupo Municipal da Coligação “Maia em Primeiro” que Carlos dos Santos Teixeira, ilustre autarca do nosso concelho, Presidente da Junta de Freguesia de Maia, entre 1982 e 2013, se enquadra no disposto no citado regulamento;

O Grupo Municipal da Coligação “Maia em Primeiro” propõe que a Assembleia Municipal da Maia, reunida em Sessão Ordinária do dia a 18 de dezembro de 2023, delibere recomendar à Câmara Municipal a atribuição do topónimo “Carlos dos Santos Teixeira - Autarca” a uma rua da área da antiga freguesia da Maia, na atual freguesia Cidade da Maia.

Maia, 18 de dezembro de 2023

Pelo Grupo Municipal da Coligação “Maia em Primeiro”,

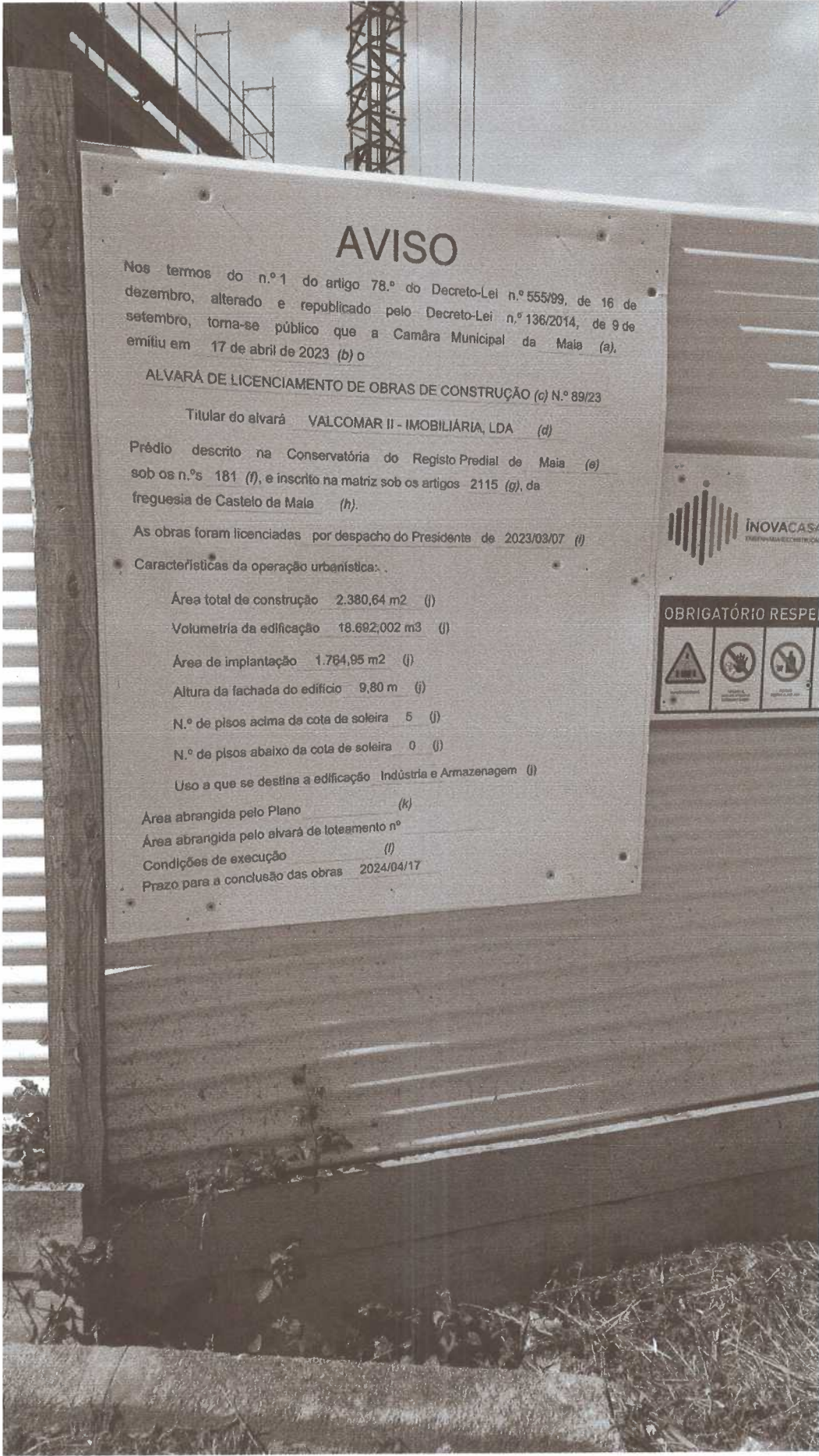

(António Fernando Gomes de Oliveira e Silva)


(Helder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira)

PAOD dep. Manuel Soares

Bm Dec. 12 1/3

Handwritten signature in blue ink.



AVISO

Nos termos do n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, torna-se público que a Câmara Municipal da Maia (a), emitiu em 17 de abril de 2023 (b) o

ALVARÁ DE LICENCIAMENTO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO (c) N.º 89/23

Titular do alvará VALCOMAR II - IMOBILIÁRIA, LDA (d)

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Maia (e) sob os n.ºs 181 (f), e inscrito na matriz sob os artigos 2115 (g), da freguesia de Castelo da Maia (h).

As obras foram licenciadas por despacho do Presidente de 2023/03/07 (i)

Características da operação urbanística:

Área total de construção 2.380,64 m² (j)

Volumetria da edificação 18.692,002 m³ (j)

Área de implantação 1.764,95 m² (j)

Altura da fachada do edifício 9,80 m (j)

N.º de pisos acima da cota de soleira 5 (j)

N.º de pisos abaixo da cota de soleira 0 (j)

Uso a que se destina a edificação Indústria e Armazenagem (l)

Área abrangida pelo Plano (k)

Área abrangida pelo alvará de loteamento n.º

Condições de execução (j)

Prazo para a conclusão das obras 2024/04/17



BM

+ 2/3

As
Frank



BH
10
f 3/3
4
f
[Signature]



BAA
①
D. J. J.
P. J. J.

PROPOSTA DE VOTO DE PESAR

Com consternação, no passado dia 30 de agosto do corrente ano de 2023, fomos confrontados com a partida de Alfredo dos Santos Teixeira, personalidade marcante que desde as primeiras eleições autárquicas no pós-25 de abril, deu à freguesia de Milheirós que freguesia que tomou como sua, tudo o que sabia e que podia.

Como membro da Assembleia de Freguesia, como Tesoureiro do Executivo no Mandato 85 / 88, e em sequência, até final do ano de 2005 como Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós, Alfredo dos Santos Teixeira esteve sempre à altura das suas responsabilidades, revelando-se um Homem de competência, que desempenhou um papel crucial no desenvolvimento e bem-estar da nossa comunidade, tendo sido um impulsionador do desenvolvimento da freguesia.

O Grupo Municipal da Coligação Maia em Primeiro, numa expressão simbólica de respeito e solidariedade, faz deste seu Voto de Pesar, manifestação formal de condolências pela perda deste seu companheiro.

Sendo aprovado, deverá o Voto de Pesar ser enviado à família.

Maia, 18 de dezembro de 2023

Pelo Grupo Municipal da Coligação "Maia em Primeiro",

(Pedro Miguel Sousa Carvalho)

Aprovada por unanimidade

MAIA EM PRIMEIRO



Doc. 14

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Atribuição do nome de Alfredo dos Santos Teixeira a uma Rua da Freguesia de Milheirós

Atendendo que:

- 1) Nos termos do disposto no nº 1 do Anexo III do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho da Maia *“Compete à Câmara Municipal da Maia deliberar sobre a atribuição de toponímia no Concelho, nos termos do disposto do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com proposta apresentada pela Comissão de Toponímia, a qual integra as entidades representativas do Concelho.”*
- 2) Considerando as temáticas de atribuição de topónimos elencadas no disposto no nº 3.3 do citado artigo *“Nas situações em que o novo topónimo corresponda a pessoas, a atribuição deverá ser, por princípio, a título póstumo e destinando-se a louvar personalidades que nas artes, na política, nas obras sociais, no desporto e outras áreas de atividade, atingiram notoriedade, objetiva e positivamente, em dado momento da vida local ou supralocal.*
- 3) Sendo do entendimento do Grupo Municipal da Coligação *“Maia em Primeiro”* que Alfredo dos Santos Teixeira, ilustre autarca do nosso concelho,

Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós durante quase duas décadas se enquadra no disposto no citado regulamento

Maia
de

O Grupo Municipal da Coligação “Maia em Primeiro” propõe que a Assembleia Municipal da Maia, reunida em Sessão Ordinária do dia a 18 de dezembro de 2023, delibere recomendar à Câmara Municipal a atribuição do topónimo “Alfredo dos Santos Teixeira - Autarca” a uma rua da freguesia de Milheirós.

Maia, 18 de dezembro de 2023

Pelo Grupo Municipal da Coligação “Maia em Primeiro”,

(Pedro Miguel Sousa Carvalho)



BTJ
de
maia

5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia – 18 de dezembro de 2023

Período da Ordem do Dia

Ponto 3.1 – Informação do Presidente

Intervenção

Nas informações prestadas, pelo Senhor Presidente, verificamos que ficaram concluídas as obras de intervenção na Ponte do Pinto que na sequência do desmoronamento parcial de um dos pilares de sustentação ocorrida a 09 de janeiro de 2020¹ ficou interdita ao trânsito e na Ponte do Pisão, cujo acesso pedonal e rodoviário estava interditado desde 2019, tendo uma das partes desmoronado a 11 de março de 2021², ambas as situações mereceram a atenção da CDU e foram objecto de intervenções nossas neste plenário alertando para a sua degradação e necessidade urgente de requalificação, como foi o caso da nossa intervenção na sessão de 17 de março de 2020.

Em Setembro de 2021, foi inaugurado o Jardim do Regado, espaço verde e jardim de proximidade na zona de Sangemil, numa zona maioritariamente de moradias, ruas estreitas e sem passeios.

Sendo esta uma requalificação positiva, foi-nos dirigida uma observação por moradores da Rua Augusto Simões, que consideram não tirar - eles e outros moradores - proveito da plenitude do jardim pois entendem que este se encontra subaproveitado, nomeadamente pela falta de um parque infantil e/ou geriátrico vocacionado para a população mais envelhecida e não só..., acreditando que este terá assim uma maior e melhor utilização por parte da população, do que actualmente tem.

¹ <https://ifmilheiros.pt/2479/corte-de-circulacao-de-ponte-rua-do-pinto/>

² <https://www.noticiasmaia.com/desmoronou-parte-da-ponte-centenaria-em-ardegaes-na-maia/>



Sobre a Mobilidade /Modos Suaves e as requalificações efetuadas nos arruamentos da Rua Nova do Corim (Águas Santas) e Av. Vasco da Gama (Cidade da Maia).

Chamo a atenção para a largura da Rua Nova do Corim, ser demasiado estreita para alguns dos veículos que por lá circulam, inclusivé ligeiros, chegando estes a circular com o rodado em cima do passeio, pondo em causa a segurança dos peões, sobretudo crianças e adolescentes que frequentam a escola EB2/3 e Secundária de Águas Santas, uma vez que o passeio se encontra ao mesmo nível da estrada.

Na Cidade da Maia, na zona da Cidade Jardim, na Av. Vasco da Gama (entre a Rua da Madeira e a Rua Augusto Simões), assim como na Rua António Joaquim da Silva, as faixas de rodagem são igualmente estreitas.

No entanto, durante as obras de requalificação e uma vez que estamos numa zona escolar e residencial, poderiam e deveriam ter colocado lombas redutoras de velocidade, de forma a evitar que alguns condutores menos conscientes continuem a fazer daquelas ruas autênticas pistas de corrida.

Aproveitando a informação sobre as obras de requalificação da EB Monte Calvário e uma vez que cabe às autarquias a responsabilidade pela manutenção do edificado, fruto da transferência de competências no campo da Educação, pergunto ao Senhor Presidente e tendo em conta a situação vivida, no passado dia 26 de outubro, pelas crianças, professores e assistentes operacionais da escola básica nº2 de Gueifães³, se já existe uma solução para os problemas diagnosticados e para quando estão previstas intervenções uma vez que a associação de pais se queixava da falta de condições e a necessidade de obras urgentes.

3

<https://www.in.pt/2103540410/mau-tempo-alunos-atrassaram-ponte-improvisada-para-entrar-em-escola-na-maia/>



BA
de
Paul

Por último, o Senhor Presidente faz referência ao “Sobreiro 58” e a todas as suas qualidades e potencialidades enquanto habitação pública de qualidade, eficiente e totalmente acessível.

Aspecto esse que nos apraz enquanto modelo inclusivo e integrado na comunidade. O que nos preocupa é que o Sobreiro 58 é apresentado como o 1º edifício que concretiza a ELH.

Segundo a mesma ELH estavam previstos 140 fogos para os anos 2020-2022 e 648 fogos para os anos 2023-2025.

Em 2022, segundo dados da Espaço Municipal haviam 2589 pedidos de habitação, quando em 2020 e baseados em dados de 2017 haviam 1930 pedidos, representando assim uma subida de 26%.

Tendo em conta estes dados, pergunto:

- Quantos fogos foram até ao momento reabilitados e/ou construídos?
- Quantos fogos foram até ao momento entregues?
- Qual a taxa de execução da ELH neste momento?

A eleita da CDU,



5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia – 18 de dezembro de 2023

Período da Ordem do Dia

Ponto 3.2 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 do município da Maia

INTERVENÇÃO

O Orçamento para 2024 do município da Maia, vem confirmar aquilo que o PCP dizia e diz acerca das transferências de competências para os municípios aprovados pelo PS e PSD, ou seja, trata-se de uma profunda desresponsabilização do Governo em matérias fundamentais e de uma transferência de encargos para os municípios, que irão traduzir-se no aumento das assimetrias entre regiões, nomeadamente entre o litoral e o interior, mas também entre os próprios municípios da mesma região.

Para o ano de 2024, o orçamento do município da Maia cifra-se nos 153 milhões, 280 mil e 451 euros, tendo sofrido um aumento superior a 20 milhões de euros relativamente ao ano de 2023.

No entanto, o que se verifica é que à semelhança do orçamento para o ano 2023, ele será marcado pela operacionalização do processo de descentralização de competências na área da educação, saúde e acção social, agravada com as responsabilidades assumidas nos transportes rodoviários.

No sector da Educação, as despesas orçamentadas totalizam o valor de 26.547.432€;

Na Saúde, as despesas orçamentadas totalizam o valor de 6.115.665€;

No sector da acção social, as despesas orçamentadas totalizam o valor de 7.065.448€;

E nos transportes rodoviários, as despesas orçamentadas totalizam o valor de 17.023.879€.

Entre transferências de competências e responsabilidades em transportes de passageiros, o Município passa a arcar em 2024 com cerca de 9 milhões de euros de custos que diz que não desejou, mas que também não rejeitou ou se opôs.

Assim o que se verifica é uma previsão de défice para a autarquia nestas áreas, cujo diferencial terá de ser suportado pelo município através de receitas próprias, ou seja através dos impostos cobrados às famílias e empresas e que em último caso levará ao aumento dos custos nas famílias, ao endividamento da autarquia e/ou, ainda, à diminuição da qualidade dos serviços para fazer face aos custos.



BAA

Handwritten signature in blue ink.

Pela ação do PCP, foi possível no plano do poder local iniciar um caminho de reposição progressiva da **autonomia local**. Foi possível a **recuperação na autonomia administrativa e financeira das autarquias locais**, nomeadamente na gestão de recursos humanos e na gestão financeira, de que são exemplo a **possibilidade de contratação de trabalhadores sem restrições**, a **eliminação das limitações na determinação da estrutura orgânica das autarquias**; a **não aplicação da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso às autarquias**, ou o **fim da retenção do Fundo de Equilíbrio Financeiro** para assegurar o orçamento da DGAL; bem como num conjunto de procedimentos em que nas autarquias a decisão cabe aos respetivos órgãos autárquicos.

Fruto dessa acção, foi e é possível ao Município da Maia no seu orçamento inverter a perda de trabalhadores experientes e qualificados. Segundo informação da autarquia constante neste documento entre 2011 e 2021 e , o município perdeu 16,8% de trabalhadores.

Em 2024/25 prevê-se a saída de mais 80 trabalhadores e que até ao final de 2030 saíam cerca de 320/350 de funcionários, fruto do envelhecimento, o que se traduzirá na dificuldade de manter a qualidade e eficiência dos serviços prestados.

Para minorar esta situação, o município tem a necessidade de ocupação de 226 postos de trabalho durante o ano de 2024.

Pelo que a CDU não minorando os aspectos positivos nem os esforços envidados pelo executivo, não pode estar de acordo com uma política que irá acabar por gerir saldo "negativo", nem pode estar de acordo com uma política, cujos desequilíbrios gerados pelas transferências de encargos irão influenciar a capacidade do município em realizar investimentos no desenvolvimento e coesão do seu território, no melhoramento da qualidade de vida dos seus munícipes.

Disse.

3.2

MAIA EM
PRIMEIRO
PPD/PSD . CDS-PP



Doc. 17

5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal
18 de dezembro de 2023

BA
M
Adri
Mun

3.2 Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 do Município da Maia

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Maia, Exmas. Sras. Secretárias da Mesa, Exmas. Deputadas e Deputados, Caras Maiatas e Maiatos.

Votamos hoje o Orçamento Municipal para 2024, e pese embora as circunstâncias adversas que vivemos, votamos, uma vez mais, aquele que é o maior Orçamento do Município da Maia, prova inequívoca do crescimento do nosso Concelho e da boa saúde do nosso quadro económico-financeiro.

Este orçamento é a prova que a Maia continua a crescer, de forma sustentável e consistente, o que também o faz na área da cultura, desporto e juventude, que ocupa cerca de 6,7% deste orçamento.

Uma vez mais, constatamos que a parcela de orçamento que é dedicada à Cultura é manifestamente superior aquela que é ocupada pela cultura no Orçamento de Estado, sendo de 1,6%, reconhecendo a importância que a Cultura tem enquanto alavanca de inclusão e de participação social.

Nesta área, destaca-se naturalmente o investimento nos edifícios, nomeadamente a reformulação do Fórum Maia e ampliação e beneficiação da Biblioteca Municipal da Maia.

É ainda apresentado um rico plano Cultural, transversal às áreas do teatro, música, dança, fotografia, entre outros que certamente contribuirão para a construção da identidade da sociedade e no incremento da qualidade de vida da nossa comunidade.

Por outro lado, na área do desporto, recreio e lazer, este Orçamento é prova inequívoca de que o executivo municipal, continua a apostar na promoção de um estilo de vida saudável e potenciador de cidadãos mais participativos e relacionados com a sua comunidade.

Representando uma escolha clara na manutenção e na beneficiação das estruturas e equipamentos desportivos existentes nas diversas freguesias assim como na construção de novos Pavilhões e Complexos Desportivos e no apoio às coletividades desportivas.

É ainda dada continuidade a uma panóplia de atividades desportivas e torneios que pela adesão e sucesso das edições anteriores se tornaram um "hábito" entre muitos maiatos.

Destacando
e ainda o
investimento
considerável
nas comemorações
do 25 de Abril

Conselho Municipal

JUVENTUDE

No que respeita à Juventude o Executivo continua empenhado em proporcionar aos jovens todas as razões para terem na Maia o seu Concelho de futuro, potenciando a sua criatividade, o seu dinamismo e o seu desenvolvimento.

O Executivo continua a investir na conservação dos espaços de referência da juventude, através da beneficiação do Fórum Jovem da Maia, do Complexo Municipal da Casa do Alto e das Lojas de Juventude.

São ainda apresentados neste orçamento vários projetos e atividades dirigidas à juventude, entre as quais destacamos:

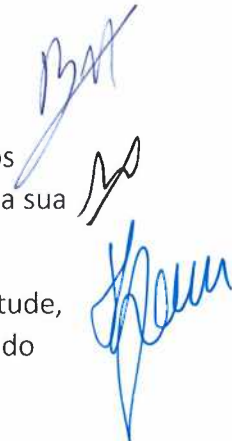
- Bolsa de apoio a jovens de elevado potencial;
- Maiact, que regressou este ano e foi um verdadeiro sucesso;
- Conselho Municipal da Juventude;
- Orçamento participativo Jovem;
- Programa Maia Rise UP, que visa impulsionar a plena realização dos jovens apoiando na inserção da vida ativa.

Desta feita, a coligação Maia em Primeiro acredita que a importância que a Cultura, Desporto e Juventude imprime neste orçamento é imprescindível para garantir que a Maia reúne as condições necessárias ao crescimento e desenvolvimento ativo e saudável da comunidade.

Obrigada,

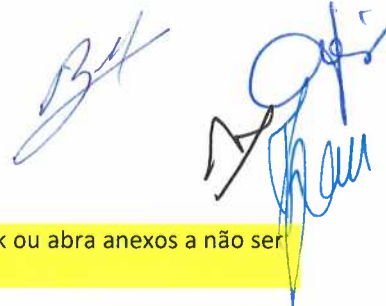
Carolina Carvalho

Coligação Maia em Primeiro



Iolanda Dias

De: Miguel dos Santos <migueldossantos.ps@hotmail.com>
Enviado: 18 de dezembro de 2023 23:50
Para: Iolanda Dias
Assunto: Intervenção Sessão AMM 18 dez.



ALERTA CIBERSEGURANÇA: Este email é proveniente de origem externa. Não clique em qualquer link ou abra anexos a não ser que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

" Consciente que o documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento não refere quais as freguesias alvo de intervenção em Pavimentação e Arruamentos, gostava de questionar o Sr. Presidente sobre prazos para início dos trabalhos de requalificação das vias em Águas Santas, há muito tempo em mau estado, como o caso da Rua D. Afonso Henriques, Rua do Mosteiro, Rua Nova da Gandra, entre outras já sobejamente identificadas pela Junta de Freguesia de Águas Santas junto do respectivo departamento da CMM.

Quero aproveitar para agradecer todo o apoio técnico, através dos Arquitectos, Engenheiros e demais técnicos, e sobretudo com o apoio monetário concedido, tal como protocolado.

Aquando da auscultação do Gabinete Autárquico das Freguesias, tive a oportunidade de solicitar o aumento de iluminação pública na Quinta da Pícuia ou ajuda para implementação de caixas ATM na freguesia após encerramento de algumas dependências bancárias. Dois assuntos que não vejo de facto como espelhar neste documento, mas que aproveito para reiterar este meu pedido.

Dou contudo alguns exemplos de investimentos que indiquei para constar neste documento e que vejo com muito agrado a sua inclusão. São exemplo; a Requalificação da Fonte Milenar, a Ligação da Rua Joaquim de Vasconcelos à Rua D. Afonso Henriques, dignificando o acesso ao edifício sede da Junta de Freguesia, ou a participação na obra de beneficiação da Casa Mortuária, entre outros.

Constantes no documento, alguns investimentos fundamentais para a Freguesia, na grande maioria reivindicados pela Junta de Freguesia. São exemplo; a requalificação da Casa do Regado, a remodelação de Infantários da Santa Casa e jardim de infância dos Moutidos, a requalificação da USF Alto da Maia, do Complexo Municipal de Águas Santas, a construção do pavilhão da Granja, a beneficiação da Rua do Souto, requalificação da passagem superior à linha de caminhos de ferro, na Gandra, depois da conclusão da Ponte de Brás-Oleiro, a construção da ligação da Alameda da Granja à Via Nordeste de Rio Tinto, o apoio na construção de duas ERPI's.

Não obstante de concordar com a recomendação dos Vereadores do PS, em transferir competências para as Juntas de Freguesia, musculando assim as autarquias de proximidade, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas, não posso deixar de votar favoravelmente este ponto."

Melhores Cumprimentos

Miguel dos Santos
917 225 518



Intervenção na Assembleia Municipal da Maia

5ª Sessão Ordinária – 18.12.2023

3.2 - Grandes opções do Plano e Orçamento para 2024

No PAN encaramos a política como veículo para a mudança que queremos ver no mundo. Neste âmbito, a visão do PAN passa por uma visão integrada e interligada entre as diferentes áreas: desde a adaptação, a mitigação e a resiliência em relação às alterações climáticas, a mobilidade, o ordenamento do território, a habitação, a educação, a saúde, a sustentabilidade das contas, o investimento duradouro e a proteção animal.

Analisados os documentos das GOP e Orçamentos para 2024, verifica-se que não contém novidades no sentido de mudanças estratégicas ou inversão dos objetivos fixados nos anos transatos. Contudo, verifica-se um fator acrescido que respeita ao muito elevado conjunto de obras, ações e empreendimentos, que agora terão início com financiamento do "Portugal 2030".

No âmbito da sustentabilidade ambiental, como já referido, este orçamento apresenta um reforço na aposta na sustentabilidade, demonstrando um conjunto de intenções, na área da gestão de recursos, que consideramos primordiais na mitigação e adaptação às alterações climáticas, nomeadamente no que toca à eficiência energética dos edifícios e da iluminação pública, o incremento da reciclagem, a renovação da frota automóvel por veículos mais sustentáveis, a instalação de jardins verticais e telhados verdes, a criação de espaços verde de proximidade e a indicação de realizar uma inventariação do património arbóreo, o que consideramos uma medida importante face à gestão pouco cuidada relativamente às árvores que há no nosso concelho.

Não obstante, todas estas intenções só resultam em avanços se forem implementadas e executadas e relembramos algumas medidas que teimam em não ser implementadas e passam de orçamento em orçamento:

- Construção do Centro de Excelência e Bem-Estar Animal da Maia (Apresentado aos munícipes em 2017, apontado para terminar no biénio 2018-2019 e ainda o vemos agora adiado para 2024); relativamente a este último, pedimos, novamente, ao Executivo que explique exatamente o que é e como irá funcionar.

- Ainda ao ponto "Educação e Sensibilização Ambiental" há o completo esquecimento de um Plano Municipal de Educação para o Bem-Estar Animal nas escolas. Aposta que consideramos importante com vista a desenvolver competências como a empatia e o respeito pelos animais, combatendo desta forma os maus-tratos e o abandono que o próprio executivo reconhece ser um flagelo na nossa comunidade.

Já em matéria de proteção animal, louva-se o esforço dirigido à implementação do programa CED (Capturar, Esterilizar, Devolver) no concelho, tendo sido atribuído uma verba de 30 000 euros, com vista a minorar o problema da sobrepopulação de animais de rua, mas também para a defesa da saúde e higiene públicas, assim como a segurança e conforto das pessoas.

Regista-se o aumento de 5000 euros às associações que no concelho fazem serviço público em substituição do município, que as levará a receberem 10 000 euros anuais cada, o que é insuficiente face às grandes dificuldades financeiras que enfrentam, será de igual modo importante melhorar a operacionalização da atribuição das verbas, uma vez que as associações não têm dados temporais de entrega das mesmas, o que dificulta a gestão dos seus recursos financeiros.

Constatámos ainda que o Executivo dispensou a vertente participativa neste orçamento.

Quem diz "orçamento participativo", diz orçamento participado e trabalhado em conjunto.

O Executivo aparenta desconsiderar esta importante incidência da elaboração de um orçamento.

A nossa abstenção é justificada também porque o PAN não visa impedir o avanço de obras importantes como investimentos em habitação acessível, as remodelações das escolas e o investimento em espaços para práticas culturais. Como já referido noutras intervenções, o PAN pretende construir pontes políticas para encontrar soluções para os problemas do nosso concelho. O nosso voto é mais uma oportunidade que damos para que tal seja possível.

Termino, citando o grande pensador Agostinho da Silva:

"(...) a mania da política hoje é ser oposição. Para mim, a verdadeira política, não é essa, a verdadeira política é a da composição: ver o que é aproveitável no outro e o que parece ser aproveitável em nós e tentarmos então que essas duas vão para a frente juntas, (...)"

Maia, 18 de dezembro de 2023.

A Deputada Municipal do PAN

Paula Costa

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia,

Ex.mas Secretárias da Assembleia Municipal da Maia

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia,

Ex.mos Srs. Vereadores aqui presentes

Ex.mos Senhores Deputados,

Exmo. Público que nos vê nas suas casas



O Orçamento da CMM para o ano de 2024, é de **153,28 M€**, maior orçamento de sempre e representa uma subida pelo terceiro ano consecutivo. O aumento corresponde a **15,4%** comparado com o ano de 2023, refletindo um aumento de 20,51 milhões de euros em relação ao ano anterior, para o que concorreu, de forma efetiva, o investimento em empreendimentos comparticipados pelo Portugal 2030 e PRR (sendo de destacar os respeitantes à Habitação Social) e, ainda a operacionalização plena do processo de descentralização de competências na área da educação e do desenvolvimento social. **50,8%** do Orçamento Municipal para 2024 será dedicado às funções sociais, ou seja, **77,8 M€**, destacando-se a Habitação Social com **11,85 M€**, Educação, Ciência e Cultura **31,48 M€**, Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude **20,11 M€**.

A Educação, para o executivo municipal, é o que mais aponta para o futuro das nossas gentes, nomeadamente quanto à sua qualificação e empregabilidade, pelo que a estratégia de atuação visa um ensino inclusivo e equitativo onde a humanização (a primazia às pessoas) seja um aspeto distintivo, construindo gerações com futuro.

É paradigmático que a Maia se tenha afirmado como um dos primeiros municípios a assegurar que todos os agrupamentos escolares tenham cursos profissionais de nível secundário, graças ao acordo estabelecido com a Iniciativa Educação. Um projeto que reafirma a Maia como um território exemplar na definição de uma estratégia abrangente e sustentada na área da Educação, pensada para que as nossas crianças e jovens tenham as competências fundamentais para vencerem os desafios do futuro.

Para isso muito tem contribuído o investimento nas atividades de animação de apoio à família e nas atividades de enriquecimento curricular, ao nível do pré-escolar e do 1. Ciclo; o Supertabi, que reflete a visão do município quanto à integração do digital sem contexto educativo; o ensino do inglês nos 1. e 2. Anos de escolaridade, caso raro a nível nacional e muitos outros projetos cuja enunciação ocuparia muito mais tempo.



A par disto, o Município tem estado a fazer um trabalho notável na assunção de competências, mesmo que enfrentando complexidades resultantes de um processo que, em abono da verdade, foi mal definido pelo legislador.

De facto, Município olha agora também com particular atenção ao que pode fazer para ajudar as escolas ao nível dos 2. e 3. Ciclos do ensino básico e Ensino Secundário. E não me refiro apenas a infraestruturas, aspeto que está a ser devidamente planeado, mas sobretudo ao investimento em projetos que vão reforçar competências para termos Gerações com Futuro.

Na sustentabilidade social destaca-se o esforço que despendido na irradicação de bolsas de pobreza, a atenção e o cuidado dispensado aos mais idosos. A proteção à primeira infância são o timbre da ação desenvolvida, em que a redução das desigualdades é mote e o objetivo, procurando ajudar à construção de uma sociedade mais inclusiva, com respeito e pugnando pela igualdade e pela diversidade.


No que respeita à área social, apresentam-se alguns desafios para 2024, em que se destaca a continuidade do apoio e acompanhamento social às famílias mais fragilizadas economicamente, competência que foi transferida para o município em abril de 2023, sendo expectável um aumento da afluência ao GAIL-SAAS e dos pedidos de apoio, face à inflação, à crise imobiliária e a uma diminuição significativa do poder de compra das famílias.

Outra aposta do município, é o apoio aos cuidadores informais através do Projeto Maia Cuida+ que resulta de uma candidatura ao PRR – Aviso -Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto. Através deste projeto pretendeu-se disponibilizar uma equipa multidisciplinar de apoio à pessoa cuidada e uma bolsa de substituição do cuidador até 4h por semana. As operações aprovadas no âmbito das Comunidades Desfavorecidas (11 individuais e 2 em comum aos Municípios de Santo Tirso e Trofa) serão a grande aposta e desafio.

O investimento foi mantido: no voluntariado, com o reconhecimento maior no Galardão de Autarquia Voluntária que irá ser recebido a 9 de abril (atribuído pela Cooperativa CASES); o trabalho contínuo na promoção da igualdade e não discriminação, dando continuidade à execução do PMIND 2022-2025 e o apoio às IPSS's na procura e concretização de novas respostas sociais inovadoras que respondam às necessidades de uma sociedade em constante mudança e atenta à sua população. Todas estas obras irão arrancar em grande força e têm a sua conclusão prevista para 2025.

O forte investimento e aumento dos gastos nas funções sociais do município só é possível, tal como nos refere o senhor presidente da câmara, “porque o quadro financeiro em que se move o município é extremamente saudável, em que, nomeadamente, a dívida total se situa em níveis particularmente baixos”, “...sempre com grande responsabilidade e de grande sentido de governação da “coisa pública”....”, como tem sido apanágio da gestão municipal do nosso concelho.

Não podemos deixar de referir a questão das transferências de competências da Administração Central quanto à Educação, Saúde e Ação Social, pelo impacto que veio provocar nas contas do município dado o custo líquido significativo que representa. Dado que a questão foi imperativa, a CMM nada pode fazer senão aceitar essas responsabilidades, não tendo, no entanto, qualquer receio

BH

[Handwritten signature]
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em as poder arcar, com a noção de que pode prestar muito melhor serviço, naquelas como em outras áreas, às suas populações.

O diferencial entre os custos com esses serviços transferidos e as compensações que o município recebeu do Poder Central significam um encargo de cerca de **5.9 M€**, não estando incluídos os custos líquidos suportados com as refeições escolares, cujos métodos de compensação não se encontram, ainda, bem definido, tornando-se negativo para o município da Maia. Não se pode deixar de referir que, apesar da boa saúde financeira do município, os encargos resultantes provocam constrangimentos sérios, nomeadamente em termos da sua capacidade de investimento, uma vez que têm impacto forte nos custos correntes da autarquia por razões e factos que não resultaram do seu livre-arbítrio ou decisão.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados,

Este será um ano exigente para a capacidade de execução da nossa autarquia, mas, como sempre, acreditamos que estará à altura dos acontecimentos e das necessidades, com provas dadas, continuará, com toda a certeza, disponível a intervir em nome do bem-estar e qualidade de vida dos maiatos.

Perante o exposto, lamentando que o PS apesar deste investimento tenha votado contra, a coligação “Maia em Primeiro”, ao contrário, vota a favor das GOP, também no que respeita às opções tomadas para as funções sociais.

Disse

(32)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,
Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Exmos. Senhoras e Senhores Vereadores
Exmos. Senhoras e Senhores Deputados
Minhas Senhoras e meus Senhores,



Senhor Presidente,

Mais uma vez, e á semelhança dos anos anteriores, vamos discutir e aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024.

O executivo da CM tem apresentado a esta Assembleia o Plano de Atividades e o Orçamento dentro dos critérios que refletem a realidade do tempo que vivemos e de acordo com os recursos financeiros que estão ao dispor do executivo.

O Orçamento que aqui discutimos é um orçamento que nos conforta e que nos agrada, pois demonstra a capacidade deste executivo no que á governação diz respeito.

Este orçamento no montante global de mais de **153 Milhões de euros** demonstra bem, quer a vontade quer a capacidade deste executivo em continuar a desenvolver a Maia.

Comparativamente com o orçamento de 2023, verifica-se um acréscimo de cerca de **20,5 Milhões de Euros**. Mais 15,4%.

Verificamos que esse aumento se deve ao aumento da receita que provem das transferências de competências do estado central para com a Maia e que se inserem no programa de “ descentralização “ do Partido Socialista, mas não podemos ignorar que tal aumento é insuficiente para as responsabilidades que o Município da Maia se compromete a levar a cabo por via dessas transferências de competências, mas mesmo assim não deixa de assumir essas competências.

Ou seja, entre as responsabilidades do estado central transferidas, para o Município e aquilo que o Município vai gastar, há uma diferença negativa de cerca de **9 Milhões de Euros**. Mas não é por isso que o Executivo vai deixar de satisfazer as

necessidades dos Maiatos e continuar com o desenvolvimento sustentável da Maia.

Mas Senhor Presidente, mesmo com todas estas leviandades do Governo do Partido Socialista, que nos últimos 8 anos de governação retirou do bolso dos Maiatos cerca de 100 Milhões de euros para custear egos ideológicos, indemnizações milionárias e promessas eleitorais, foram mais de 10 Mil Milhões de euros que os governos do partido Socialista, em 8 anos foram buscar ao bolso dos contribuintes para satisfazer as suas leviandades políticas com o apoio da esquerda radical, empobrecendo os portugueses e os Maiatos, criando o caos em tudo que é serviços públicos.

O lema desta esquerda radical, a que o Partido Socialista se associa por inteiro, é acabar com os ricos para que em Portugal tudo fique muito mais pobre.

Mas como dizia, mesmo com todas estas leviandades do Partido Socialista, a Camara Municipal apresenta um orçamento, não para sobrecarregar os Maiatos com 6 Milhões de euros de receita fiscal como diz o Partido Socialista, porque isso é o que o Partido Socialista melhor sabe fazer, mas que os maiatos não lhe concederam essa oportunidade, mas dizia, o executivo da CM, apresenta um orçamento focado no bem estar do Maiatos e no desenvolvimento da Maia, aliás o que sempre tem feito ao longo dos anos em que tem governado e bem o Município da Maia.

Mas falando do orçamento, queremos destacar o valor de mais de **54 Milhões de euros** destinados ao Investimento e que corresponde a cerca de 36% do Orçamento.

Nas Funções Sociais, estão orçamentados cerca de **78 Milhões de euros**, onde destacamos:

- na Educação, **26,5 ME**
- na Saúde, **5,3 ME**
- na Habitação, **11,9 ME**
- na Cultura, **2,5 ME**
- no Desporto , Recreio e lazer, **6,9 ME**

Nas funções Económicas estão orçamentados cerca de 24,5 ME onde se destacam os cerca de **19.6 ME** para os Transportes e Comunicações.

Quanto ao serviço da dívida do Município, constatamos a preocupação deste executivo e no respeito pela sustentabilidade

financeira, continuada e paulatinamente, a vem reduzindo, o que é bem demonstrativo da preocupação com o futuro.

Senhor Presidente, sabemos e temos consciência de que haveria muito mais para fazer, ao contrário do Partido Socialista que tem como lema “ dizer “, nós, coligação Maia em Primeiro temos como lema “ fazer “, porque no final do mandato seremos julgados não por aquilo que formos capazes de dizer, mas sim por aquilo que formos capazes de fazer.

Termino, Sr Presidente, dizendo que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024 merecem o nosso apreço e a nossa concordância pelo que votaremos favoravelmente o documento.

Maia, 18/12/2023



(Candido Graça - Coligação “ Maia em Primeiro “)

BA



Exmo Sr Presidente da Assembleia Municipal e exmas Sras secretárias.

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal e Sras e Srs Vereadores aqui presentes;

Caras e caros colegas deputados;

Maiatas e maiatos.

Não é segredo nem novidade que a Maia está comprometida e investida a promover a sustentabilidade e preservar o meio ambiente há décadas e assim continuará, como evidenciado pelos investimentos significativos destinados a essas iniciativas em anos transactos e, como tal, 2024 não será diferente.

Com mais de 11 milhões de euros (cerca de 7%) do orçamento alocados para a "PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA", a implementação e continuação de projetos inovadores e altamente impactantes são uma prioridade. Destacando-se iniciativas como o Living Lab Maia, um programa pioneiro de descarbonização urbana, o Living Lab Agro-Florestal e a contribuição para o corredor verde do Leça, mas também com iniciativas mais próximas das populações, como a difusão de espaços verdes, através de parques urbanos e intervenções locais de alta qualidade que em conjunto contribuem para a proteção e promoção da biodiversidade.

O compromisso com a circularidade da economia é evidente, especialmente na gestão, recolha e tratamento de resíduos sólidos, com um orçamento reforçado para fortalecer essas práticas que felizmente já fazem parte da vida das Maiatas e Maiatos, num investimento que visa não apenas minimizar o impacto ambiental, mas também criar uma abordagem mais sustentável para lidar com os resíduos, alinhando-se assim com os melhores princípios de uma economia circular.

Além disso, este orçamento conta com mais de 2 milhões de euros direcionados para a mobilidade sustentável, continuando os esforços já iniciados em mandatos anteriores como, por exemplo, a construção e ampliação de ciclovias e investimentos em oferecer alternativas de transporte, substituindo por vezes a falha do estado central, e assim promover um estilo de vida mais saudável e amigo do meio ambiente.

Em suma, os investimentos substanciais destinados à proteção do meio ambiente, gestão de resíduos e mobilidade sustentável refletem o compromisso contínuo e firme do executivo camarário com a construção de um futuro mais verde e amigo do ambiente para os nossos habitantes, fortalecendo a circularidade da economia nossa cidade e mostrando que ao mesmo que mitigamos e compensamos os impactos por vezes negativos da industrialização e avanço tecnológico somos capazes de pôr em prática e promover iniciativas sustentáveis que beneficiam a comunidade como um todo.

Em última análise, é imperativo aproveitar e aprovar este orçamento para assegurar que a Maia continua a avançar de maneira sustentável, investindo de maneira estratégica e eficiente, permitindo que, assim que ao mesmo tempo que preservamos o meio ambiente para as gerações futuras promovemos e melhoramos a qualidade de vida de excelência que os nossos concidadãos já se habituaram e esperam de nós.

Aprovar este orçamento não é apenas uma escolha responsável, como também uma necessidade premente para que continuemos a construir um futuro onde a prosperidade esteja em equilíbrio com o respeito pelo meio ambiente.

Obrigado

Three handwritten signatures in blue ink are located in the upper right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be in cursive or a similar script. The top signature is the most prominent, followed by two smaller ones below it.

GABINETE
DO PRESIDENTEGRANDES OPÇÕES
DO PLANO E ORÇAMENTO

2024

Assembleia Municipal de 18 dezembro 2023

Não obstante todas as apreciações técnicas que aqui foram presentes gostaria de deixar umas breves considerações sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024, nomeadamente quanto a grandes números.

O montante global do orçamento situa-se em 153,3 milhões de euros, aumentando em 20,5 milhões de euros, ou seja mais 15,4%, quando comparado com o Orçamento Inicial de 2023. Este aumento é, marcadamente, determinado pela componente de investimento, o que é de relevar.

1

Em linha com os orçamentos de anos anteriores e refletindo o grau de autonomia financeira do município, a receita de natureza corrente permanece como a principal fonte de receita municipal, perspetivando-se que contribua em 66% para a receita total a cobrar, sobretudo devido à influência dos Impostos Diretos, a designada receita fiscal.

Quanto à Despesa há que referir o grande esforço de contenção que temos vindo a desenvolver quanto à despesa corrente, sem que, no entanto, daqui advenha qualquer prejuízo na prestação de Serviço aos Municípes. É de notar que esta componente corrente totaliza 95,1 milhões de euros, ou seja, 62% da despesa total, sendo que uma parte substancial respeita ao processo de descentralização de competências.



A rubrica com maior preponderância no Orçamento Municipal é a do Investimento Direto – Aquisição de bens de capital – que “de per si”, ao somar 54,5 milhões de euros, é responsável por cerca de 36% da Despesa Total.

Esta componente de investimento direto apresenta uma variação de (+) 13, 4 milhões de euros em relação ao orçamento para 2023, o que é devido, principalmente, aos empreendimentos de Habitação Social, de Saúde, de Ação Social e à Rede Viária.

No domínio da Habitação Social importa sinalizar que o investimento associado ao Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - 1.º Direito, apenas tem reflexo no orçamento da Câmara no que respeita à proporção do autofinanciamento que é assegurado pelo Município, a que acresce a aquisição de terrenos e frações de prédios ou prédios.

Isto é, a parcela de investimento financiado a fundo perdido pelo IHRU, e através de empréstimos bonificados, consta, por ora, na dotação orçamental não definida, cuja transposição para dotação definida se operará gradualmente, à medida que os projetos se contratualizem. Deste modo, no decurso do exercício de 2024 a dotação do investimento direto na habitação social irá naturalmente aumentar.

A dinâmica dos fundos comunitários, designadamente do Portugal 2030, ainda não terá grande impacto financeiro no ano 2024, período que será fundamentalmente dedicado à finalização dos programas e à contratualização desses novos projetos.



O aumento registado na previsão das Despesas com Pessoal decorre fundamentalmente do processo de descentralização de competências na área da educação, ação social e saúde já que, sendo de 12,9 milhões de euros, significa cerca de um terço das despesas com pessoal do universo municipal, ainda que estas despesas sejam maioritariamente acomodadas pelas verbas transferidas pela Administração Central para o efeito.

A despesa em Ativos Financeiros apenas contempla a subscrição da adesão do Município à Fundação da Casa da Música na qualidade de membro fundador.

No total das GOP assume particular relevância as “Funções Sociais” que, ao totalizarem 92,6 milhões de euros, representam cerca de 60% do total do Orçamento de 2024.

3

Particularizando um pouco, gostaria de destacar o empenho nas seguintes áreas:

- Habitação e Serviços coletivos – 27,8 M €, dos quais 11,9M€, respeitam a Habitação Social;
- Educação – 26,5 M€;
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 10,2 M€;
- Ação social – 7,1 M€.



Para além das funções sociais releva-se, de igual modo, a despesa prevista para:

- Área dos transportes e comunicações - 19,6 M€;
- Indústria e energia – 2,9 M€.

Em resumo, direi que os documentos em análise traduzem o esforço da autarquia em prestar mais e melhor serviço público, conduzindo a sua ação, e adaptando-a, à situação económico-financeira do País e das incidências, nomeadamente as internacionais, que condicionam e interferem com a nossa atividade.

4

Por último, importa dizer que devido à crescente complexidade, diversidade e expansão do campo de intervenção das autarquias locais, e dada a finitude de recursos financeiros, revela-se imperativo zelar por uma gestão realista e equilibrada, sendo por isso imprescindível uma programação financeira rigorosa, equilibrada e exequível, o que tem vindo a acontecer, como os presentes documentos o demonstram.

Uma breve nota final e para aludir à oposição política no executivo municipal que, uma vez mais, repetida e reiteradamente, vem na sua Declaração de Voto dizer e cito

“... não contém novidades no sentido de mudanças estratégicas ou inversão de objetivos fixados nos anos transatos”, fim de citação.



GABINETE
DO PRESIDENTE

GRANDES OPÇÕES
DO PLANO E ORÇAMENTO

2024

Ora esta formulação é-lhes conhecida, até porque no ano transato a frase foi exatamente a mesma. O que não deixa de ser revelador da falta de substância política pois, materialidade, na sua declaração, não se descortina.

Sobre isto, Exmo Sr Presidente da Assembleia Municipal, e como refere a “Breve Nota Preambular” destas GOP, e cito

“Foi segundo a epígrafe “Compromisso Maia 2025” que apresentámos o nosso programa eleitoral que, muito detalhadamente, descreve as nossas intenções e o nosso pensamento acerca do que queremos para a Maia e para os Maiatos, sendo esse Compromisso a base e o enquadramento de toda a nossa ação neste mandato”.

5

E mais à frente,

“...concederão que não será surpreendente se dissermos que não haverá grandes novidades ou novidades expressivas nas GOP para 2024, estando-me a referir, obviamente, à ausência de mudanças estratégicas ou de súbitas inversões de objetivos”.

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Fico-me por aqui.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Bloco de Esquerda
Maia
5ª Sessão ordinária18-12-2023


Declaração de Voto

Orçamento e GOP 2024

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda votou contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024, por se encontrar violado o disposto no artigo 5.º nº3, conjugado com o nº 2 do art. 4.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio.

Nos termos do Estatuto do Direito de Oposição, os Grupos Municipais da oposição têm direito de consulta prévia, a ser exercida em prazo razoável, na fase de elaboração dos Orçamentos e Planos de Atividade do executivo.

Lamentavelmente, à semelhança do ano anterior, o Bloco de Esquerda não recebeu qualquer email ou outra forma de comunicação prévia da Câmara Municipal da Maia na qual nos fossem remetidos os documentos previsionais do Município para sobre eles nos pronunciarmos atempadamente.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

Sérgio Sousa

José Pedro Fernandes (em substituição)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

5ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2023, REALIZADA EM 18/12/2023

PONTO 3.2 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 do Município da Maia

Intervenção do Deputado Municipal Vítor Ramalho da Coligação Maia em Primeiro.

Cumprimento,

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mas Senhoras Secretárias

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Ex.mos Senhores Vereadores

Caras e caros colegas Deputados

Estimados Maiatos

DECLARAÇÃO DE VOTO

Tendo já tido oportunidade de demonstrar a minha gratidão à Câmara Municipal, pelo esforço que tem feito para a instalação de uma Unidade de Saúde na Zona Nascente do Município, não me demito do meu papel institucional e estou aqui para servir e representar os interesses de quem me elegeu.

A escolha da Freguesia de São Pedro Fins para a construção de uma Unidade de Saúde levantou questões e preocupações na Freguesia de Folgosa. É inegável que a decisão da Câmara Municipal em não consultar a Junta de Freguesia de Folgosa, interveniente interessado, é motivo de descontentamento.

Folgosa, uma Freguesia com o dobro do território e da população, além de ser a mais central, apresenta-se como uma excelente opção para acolher essa Unidade de Saúde. A sua localização estratégica permitiria o acesso facilitado de um maior número de habitantes, levando em conta, não apenas a população local, mas também as Freguesias circundantes.

Decl voto
Gop.
Vitor
Ramalho

(Handwritten signatures in blue ink)

É compreensível que a Câmara Municipal tenha a prerrogativa de decidir onde investir em infraestruturas públicas. No entanto, é fundamental que as decisões sejam tomadas de forma responsável e considerando o bem-estar e o interesse da população.

Perante esta situação, a população de Folgosa tomou a iniciativa de questionar a Câmara Municipal por escrito, requerendo explicações sobre os critérios utilizados para a escolha do local, solicitando uma justificação convincente para a não inclusão da Freguesia mais central. Contudo, até ao momento, a Câmara Municipal não se pronunciou, em concreto, deixando ainda mais dúvidas e insatisfação entre os habitantes.

É preciso ressaltar a importância do diálogo entre as autarquias e a população, principalmente em questões que afetam o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Decisões tomadas sem o devido envolvimento e participação dos cidadãos tendem a gerar desconfiança e divisões, prejudicando o princípio de uma sociedade democrática.

Portanto, será necessário que a Câmara Municipal se pronuncie e esclareça sobre a escolha do local para a construção da Unidade de Saúde, levando em consideração os argumentos apresentados pela população de Folgosa.

Somente com a devida informação, discussão e participação popular é possível construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Na qualidade de Presidente de Junta da Freguesia de Folgosa e por inerência Deputado Municipal, expresso a minha abstenção no presente Orçamento Municipal, motivada pela ausência de consulta à nossa Freguesia na decisão crucial de construir uma Unidade de Saúde, para servir a Zona Nascente do concelho, na Freguesia de São Pedro Fins.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

5ª Sessão ordinária18-12-2023

Declaração de Voto

Orçamento e PPI dos SMAS 2024

O Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos SMAS para 2024 não traz novidades em relação ao que tem vindo a ser proposto.

Para o Bloco de Esquerda, o Plano é pouco ambicioso em face das necessidades da população maiata, nomeadamente na renovação das infraestruturas de água e saneamento.

Tão pouco aceitamos que se diga que “não há dinheiro” para se ir mais além no investimento, ao mesmo tempo em que a Câmara Municipal apresenta, de ano para ano, o “maior orçamento de sempre” e reduções de dívida acima dos 20%.

Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda votou contra este ponto.

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

Sérgio Sousa

José Pedro Fernandes (em substituição)